

 Julho

2014



# **DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

CÁTIA CUNHA REIS  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA  
À FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM  
CIÊNCIAS JURÍDICO-PRIVATÍSTICAS

## RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado foi elaborada no âmbito do Mestrado em Ciências Jurídico-Privatísticas da Faculdade de Direito da Universidade do Porto e visa a operação de uma investigação científica subordinada ao tema “A Desconsideração da Personalidade Jurídica”.

A escolha do tema em análise surgiu tão naturalmente quanto surgem as questões relacionadas com a injusta desproteção de credores nas negociações que encetam com sociedades de responsabilidade limitada. Com efeito, a crise económica que assolou Portugal revelou as fraquezas de um sistema em que o preço a pagar pela iniciativa ao investimento económico é suportado pelos credores sem capacidade de negociação. Malgrados os mecanismos de proteção legalmente previstos, comprova-se que, fatal e perturbantemente, não raras vezes quem suporta o insucesso dos negócios alheios são terceiros, em benefício dos sócios. Por intermédio das sociedades comerciais, os sócios, verdadeiros titereiros, manipulam as sociedades que constituem e a autonomia patrimonial que dali obtêm, como se de autênticas marionetas se tratassem, escudando-se por detrás desse véu para alcançar fins ilegítimos – com ou sem a intenção de criar prejuízo para terceiros. E as suas condutas são, por força da personalidade jurídica atribuída a estas sociedades-marionetas, somente a estas imputadas.

É neste âmbito que germina a teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Para analisar o seu regime, necessário revelou-se perscrutar o da personalidade jurídica. Indagando a justificação da desconsideração, vagueámos pela sua evolução histórica desde a aplicação nos tribunais norte-americanos à sua teorização na doutrina alemã e à importação portuguesa e, finalmente, aportámos na dissecação dos grupos de casos que a doutrina identifica. Este processo não dispensou a invocação de casos reais, situações verídicas que chegaram até aos tribunais e que requisitaram a ponderação da jurisprudência.

E a conclusão a que chegámos nesta investigação não é a de que a desconsideração deve ser aplicada quando e sempre que exista um prejuízo sofrido por credores, fruto de negociações falhadas. Existe um conjunto de pressupostos que devem verificar-se reunidos, só assim garantindo, a par da categorização da desconsideração como um instituto autónomo, a manutenção do equilíbrio ótimo entre a proteção de abusos e a proteção da confiança e segurança jurídicas exigidas.

## **ABSTRACT**

This Master's Dissertation was written under the Master in Private Legal Sciences at the Faculty of Law of the University of Porto, and it aims to operate a scientific investigation of the subject “Disregard of the Legal Entity”.

The choice of the above-mentioned subject came to me as naturally as the problems related to the unfair lack of creditors’ protection arise, especially when they negotiate with limited companies. As a matter of fact, the economic crisis that took Portugal by storm has uncovered the weaknesses that affect our legal system, where the incentive’s price for enterprise and economic investment is paid by the creditors who lack capacity of negotiation. Despite the legally provisioned mechanisms of protection, it has been fatally and disturbingly ascertained that, not rarely, those who bare the collapse of the businesses are third parties, for the benefit of the partners themselves. Through limited companies, the partners, real puppeteers, manipulate the companies they incorporate and the patrimonial autonomy they obtain from such incorporation, as if those companies were actual puppets, therefore hiding themselves behind that veil to achieve elegant ends – with or without the purpose to jeopardize third parties. As a result of the incorporation, the partners’ conducts can only be imputed to the puppet-firms.

This was the context where the theory of the disregard of the legal entity raised. In order to analyse its regime, it was necessary to scan the legal personality. Inquiring the justification of the disregard, we have travelled through its historical evolution since its application in the American courts all the way to its theorization by the German doctrine and its Portuguese importation to, last but not least, unveil the group of cases that the doctrine has identified. This process could not fail to examine real cases, concrete circumstances that made their way to the courts of law and that entailed the attention of the jurisprudence.

Yet, the conclusion we have come to in this research is not that the disregard must be employed when and whenever the creditors undertake a loss attributable to unsuccessful payments. There are a group of principles that must be reunited so that we can guarantee, as well as the categorization of the “disregard” as an autonomous legal institute, the conservation of the optimal equilibrium between the protection against abuses and the protection of the trust and security demanded by the legal system.

# ÍNDICE

RESUMO .....	1
ABSTRACT .....	2
INTRODUÇÃO .....	4
A PERSONALIDADE JURÍDICA E A SUA DESCONSIDERAÇÃO .....	8
I.    A PERSONALIDADE JURÍDICA.....	8
II.   A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	11
A.   JUSTIFICAÇÃO .....	11
B.   EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	15
C.   DISSECAÇÃO.....	17
D.   GRUPOS DE CASOS .....	24
1.    CONFUSÃO DE ESFERAS JURÍDICAS/MISTURA DE PATRIMÓNIOS...	24
2.    SUBCAPITALIZAÇÃO .....	28
A.    SUBCAPITALIZAÇÃO INICIAL.....	30
B.    SUBCAPITALIZAÇÃO SUPERVENIENTE (OU DESCAPITALIZAÇÃO DA SOCIEDADE) .....	37
3.    ATENTADO A TERCEIROS .....	44
CONCLUSÃO .....	50
BIBLIOGRAFIA.....	54

## INTRODUÇÃO

*“Todas as instituições de criação humana estão sujeitas a abusos. A esta realidade, também o instituto sociedade comercial não se furta.”<sup>1</sup>.*

O tema que até aqui nos traz é o da “desconsideração da personalidade jurídica”. Atenta a dificuldade de satisfação de créditos revelada pelos devedores – imputável a uma infindável multiplicidade de fatores que a realidade tem demonstrado – o que se pretende é perceber até que ponto o recurso àquele embrionário e parcamente desenvolvido “instituto” jurídico oferece resposta para a devida satisfação de créditos nos casos em que a impossibilidade de cumprimento das obrigações decorra de um uso abusivo da personalidade coletiva, geradora de prejuízos para os credores.

Considerada a realidade económica que dos últimos anos a esta parte nos envolve, nunca antes se revelou tão necessária a proteção da posição dos credores nas relações comerciais que diariamente estabelecem com sociedades comerciais de responsabilidade limitada. O amparo que a ordem jurídica lhes deve proporcionar resulta evidente da análise dos dados estatísticos que nos estão disponíveis.

Com efeito, desde 2007 até ao último trimestre do pretérito ano de 2013, os processos de falência, insolvência e de recuperação de empresas registram um exponencial aumento de 358,5% de entradas nos tribunais judiciais de primeira instância – de mil e oitenta e nove processos submetidos a juízo em 2007 para os quase cinco mil que em 2013 invadiram os tribunais portugueses<sup>2</sup>. Significa, por isso, que a par do aumento do número de devedores impossibilitados de “cumprir as suas obrigações vencidas”<sup>3</sup> se verifica, inerentemente, a

---

<sup>1</sup> CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica nas Sociedades Comerciais, página 23.

<sup>2</sup> Direção-Geral da Política de Justiça – *Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas e sobre processos especiais de revitalização. Boletim de Informação Estatística Trimestral*. Boletim n.º 15 (abril de 2014), 8 páginas. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica>. Também o número de insolvências decretadas nos tribunais judiciais de primeira instância tem vindo a aumentar ao longo dos anos, correspondendo as sentenças decretadas no quarto trimestre de 2013 a um valor cinco vezes e meia superior àquele registado no quarto trimestre de 2007.

<sup>3</sup> Sobre este conceito, vide por todos o artigo 3.º, n.º 1, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (‘CIRE’), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março. Também no Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência (‘CPEREF’), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de abril, e já revogado, podia ler-se no artigo 3.º ser “considerada em situação de insolvência a empresa que se encontre impossibilitada de cumprir pontualmente as suas obrigações em virtude de o seu activo disponível ser

dilatação do número de credores que veem insatisfeitos os créditos que detêm sobre os devedores. De sublinhar é que, mesmo no âmbito dos processos de insolvência – que visam a satisfação, pela forma mais eficiente possível, dos direitos dos credores<sup>4</sup> –, os dados revelam que apenas 8,6% dos créditos reconhecidos pelos tribunais são recuperados – o que significa que a 91,4% daqueles não corresponde um efetivo pagamento e satisfação dos créditos<sup>5</sup>.

É sabido que a questão da insatisfação dos credores os afeta nas relações comerciais estabelecidas com pessoas singulares, mas sobretudo com sociedades comerciais. Este tipo de abusos tem maior propensão de verificar-se nas sociedades por quotas, por força das suas características particulares, pelo que o nosso estudo focar-se-á neste tipo societário.

A situação de insolvência não decorre direta nem necessariamente de um abuso da pessoa coletiva. Porém, o que os números revelam é que as situações de impossibilidade de cumprimento das obrigações têm, nos últimos anos, aumentado exponencialmente. E perante a insatisfação dos credores, é fundamental averiguar quais as situações de incumprimento reconduzíveis a condutas abusivas de sócios e quais os mecanismos disponíveis na ordem jurídica para responsabilizar os sócios abusadores diretamente para com aqueles credores prejudicados.

Na procura da mais adequada forma de introduzir o tema que aqui nos traz, a *supra* citada frase de PEDRO CORDEIRO parece ilustrar na perfeição o problema que nos orienta. Desde logo, o “*abuso*” que se verifica nas sociedades comerciais reporta-se a um uso da autonomia patrimonial e da limitação da responsabilidade<sup>6</sup>, conferida pela personalização das pessoas coletivas, mormente das sociedades por quotas, para fins com os quais o Direito não pode

---

*insuficiente para satisfazer o seu passivo exigível” e o artigo 6.º pautava que “logo que falte ao cumprimento de uma das suas obrigações, nas circunstâncias descritas na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º, deve a empresa, dentro dos 60 dias subsequentes, requerer a sua declaração de falência, salvo se, tendo razões bastantes para o fazer, optar pelo requerimento da providência de recuperação adequada”. Diferentemente, hoje o artigo 18.º, n.º1, do CIRE estabelece que “O devedor deve requerer a declaração da sua insolvência dentro dos 30 dias subsequentes à data do conhecimento da situação da insolvência, tal como descrita no n.º 1 do artigo 3.º, ou à data em que devesse conhecê-la”. No que se refere aos processos especiais de revitalização, estes visam “permitir ao devedor que, comprovadamente, se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda não seja suscetível de recuperação, estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes acordo conducente à sua revitalização” – artigo 17.º-A, n.º 1, do CIRE, com a redação aditada pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, com entrada em vigor 30 dias após a data da sua publicação.*

<sup>4</sup> É o que decorre, dentre outros, do disposto nos artigos 1.º, n.º 1 e 46.º, n.º1, do CIRE.

<sup>5</sup> Cfr. dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral da Política de Justiça – DGPIJ (*Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas e sobre processos especiais de revitalização*) e, quanto à verificação de créditos, os artigos 128.º e seguintes do CIRE.

<sup>6</sup> A este propósito, artigo 197.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais (‘CSC’).

coadunar. A constituição de sociedades que vise a prossecução de objetivos paralelos àqueles para os quais a lei admitiu a sua criação, contra os valores fundamentais da ordem jurídica, pode ser causadora de danos para os credores com quem se relacionam e de benefícios para os sócios, que, sob a alçada da limitação da sua responsabilidade, se escondem por detrás da máscara da personalidade jurídica. Nas palavras de ALEXANDRE MOTA PINTO, “*a ordem jurídica não pode tolerar utilizações abusivas da liberdade de financiamento, por parte de sócios que apenas pretendem exercer a actividade empresarial sob o «escudo» do princípio da separação, e, através deste, lançar todos os riscos empresariais para a esfera dos credores*”<sup>7</sup>.

Assim, com PEDRO CORDEIRO, podemos afirmar que “*A desconsideração [da personalidade jurídica] aparece-nos, portanto, como um dos remédios possíveis para evitar o abuso do instituto sociedade comercial ou, como já se disse, da pessoa colectiva em geral – o que no fundo obriga a reequacionar a temática da personalidade colectiva.*”<sup>8</sup>. A desconsideração da personalidade jurídica resulta de uma construção dogmática e jurisprudencial, sem (pelo menos expressa) previsão legal. A este “instituto” podem ser, como adiante veremos, reconduzidos “grupos de casos” que, defende alguma doutrina, se encontram já resolvidos através da sua imputação a institutos legalmente previstos entre nós, como a responsabilidade civil, a interpretação de normas e o abuso de direito<sup>9</sup>. Com MENEZES CORDEIRO, parece ser defensável que aquela recondução é uma “*má solução*”<sup>10</sup>, porquanto só a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica permite “*alcançar novas e mais apuradas hipóteses de responsabilidade civil; obter perspectivas aprofundadas de interpretação normativa; conquistar vias mais finas de concretização da boa-fé.*”<sup>11</sup>.

O problema que nos propomos analisar encontrará o seu cerne no jogo de forças que procura encontrar o equilíbrio ótimo entre a proteção que a realidade revela ser necessário conferir aos credores e a preservação das características essenciais do tipo societário “sociedade por quotas”, especificamente da limitação da responsabilidade. Se a realidade indica que a responsabilidade limitada consubstancia uma sedução ao abuso de direito, certo é que

---

<sup>7</sup> PINTO, Alexandre Mota – Do Contrato de Suprimento. O financiamento entre capital próprio e capital alheio, página 124.

<sup>8</sup> CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica nas Sociedades Comerciais, página 25.

<sup>9</sup> CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, páginas 448 e seguintes.

<sup>10</sup> *Idem.*

<sup>11</sup> *Idem.*

constitui um importante fator de atração ao investimento, importante moinho de desenvolvimento e progresso das economias nacional e mundial, que reduz o risco dos investidores e catapulta o crescimento necessário das nações.

Pelo exposto, importante revela-se aprofundar o estudo da desconsideração da personalidade jurídica e averiguar da sua conformidade para a resolução dos casos que preocupam o ordenamento, relacionados com a proteção dos credores sociais. Aquele tem, inevitavelmente, de configurar uma análise prática dos casos que têm surgido no ordenamento jurídico português, i.e., daquelas situações concretas com que se veem confrontados os tribunais portugueses e que carecem, ainda, de uma exploração dogmática mais profunda. Uma investigação abstrata e desligada da realidade, das leis e dos princípios da ordem jurídica portuguesa revela-se, parece-nos, vazia de importância e de aplicação real. Essencial parece ser compreender a figura, o seu enquadramento histórico e a sua justificação teórica, de modo a dissecar aqueles que devem ser os pressupostos cumulativos de aplicação do “instituto”, para assim lograr a sua efetiva utilização jurisprudencial. Só assim será viável encontrar soluções adequadas à realidade com que temos sido deparados, mantendo inviolado o instituto da personalidade coletiva, “*importante fator de cooperação e de progresso dentro do Direito.*”<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, páginas 445 e seguintes.



## A Personalidade Jurídica e a sua Desconsideração

### I. A Personalidade Jurídica

De acordo com o artigo 5.º do CSC, “as sociedades gozam de personalidade jurídica e existem como tais a partir da data do registo definitivo do contrato pelo qual se constituem”<sup>13</sup>. A partir daquele momento, portanto, “nasce” uma nova pessoa jurídica que se transforma em autónomo centro de imputação jurídica e adquire um novo núcleo de direitos e deveres. Na qualidade de sujeitos, as sociedades comerciais adquirem um nome (firma ou denominação), uma sede, órgãos, capacidade de gozo e de exercício de direitos e, sobretudo, autonomia patrimonial<sup>14</sup>.

À personalização das sociedades estão, por conseguinte, associados benefícios atribuídos pela ordem jurídica, nomeadamente no que se refere à autonomia do património, i.e., do ativo e do passivo das sociedades<sup>15</sup>. A responsabilidade patrimonial das pessoas coletivas limita-se, assim, ao seu próprio património, o que constitui “*mais uma gama de vantagens potenciadas pela personalidade colectiva*”<sup>16</sup>. Por conseguinte, a partir da constituição da sociedade, pelas suas dívidas só o seu património responde, e só este responde por aquelas dívidas<sup>17</sup>, não

---

<sup>13</sup> No que se refere à personalidade jurídica, a doutrina tem avançado para a sua explicação as teorias que se dividem entre teorias: i) da ficção; ii) da realidade (ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Do abuso de Direito, página 101). Não obstante as sociedades só adquirirem personalidade jurídica com o registo definitivo do contrato social, antes desse registo elas já existem e estão dotadas de subjetividade jurídica, como defende COUTINHO DE ABREU (Curso de Direito Comercial. Volume II. Das Sociedades). Ainda que a desconsideração esteja associada à personalidade jurídica da pessoa coletiva, afirma MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO (A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica”, página 72) que quase todos os casos de desconsideração da personalidade podem ser referidos a sociedades não personalizadas, i.e., sociedades que ainda não estão registadas e não têm, por isso, personalidade jurídica, mas têm já subjetividade jurídica, de acordo com o ensinamento daquele Autor. A Autora defende, assim, que melhor se dirá desconsideração da subjetividade jurídica, afirmando que, caso contrário, se “*peca por defeito*”.

<sup>14</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Do Abuso de Direito, página 102. Este Autor alerta para a importância de sublinhar que a “*a personalidade jurídica ou colectiva, diferentemente da personalidade das pessoas humanas, não repousa em dados fornecidos pela natureza nem corresponde a uma ideia de justiça. Ela assenta em considerações de oportunidade, de política, ela e, para utilizar linguagem genyana, do «construído», enquanto que a personalidade singular aparece, em larga medida, como do «dado». Hoje, os autores são concordes na visão da personalidade jurídica como uma «criação do Direito», um «conceito jurídico» um «mecanismo técnico» ordenado a fins essencialmente práticos e limitado por esses fins.*”.

<sup>15</sup> Vide, por todos, COUTINHO DE ABREU (Do abuso de Direito, página 104).

<sup>16</sup> CORDEIRO, António Menezes – O levantamento da Personalidade Colectiva no Direito Civil e Comercial, página 10.

<sup>17</sup> Um dos critérios do reconhecimento da autonomia ou separação de patrimónios é o da responsabilidade por dívidas. Património autónomo será o que responde por dívidas próprias, ou seja, só responde e responde só ele por certas dívidas – PINTO, Carlos Alberto Da Mota (Teoria Geral do Direito Civil, páginas 345 a 349): “*Se o património tem como função principal responder pelas dívidas do seu titular, então parece que o critério mais adequado para caracterizar a separação de patrimónios deve ser o da existência de um tratamento jurídico particular em matéria de responsabilidade por dívidas.*”. Também conforme ensinamento de HEINRICHE WALD HÖRSTER (A Parte Geral do Código Civil Português. Teoria Geral do Direito Civil, páginas 357 e

podendo as obrigações sociais afetar o património pessoal dos sócios, pelo que aquele está, inegavelmente, ao serviço do interesse destes<sup>18</sup>. Pode assim afirmar-se que a personalidade jurídica é um meio de exoneração de responsabilidade por aqueles que pretendem prosseguir determinado objeto, constituindo sociedades comerciais. Estes, desde que respeitam as regras de funcionamento legalmente previstas, não verão as dívidas da sociedade imputadas ao seu património pessoal. No que às sociedades por quotas se refere, é o que resulta expressamente do n.º 3 do artigo 197.º do CSC.

Contudo, a personalidade jurídica não deve ser absolutizada<sup>19</sup>, pois a sociedade é um instrumento dos sócios, só existindo por sua força. De acordo com COUTINHO DE ABREU, *“o conceito de personalidade não deve ser absolutizado, nem ser demasiado abstratizado. Ele não pode ter a posição de um feitiço (fétiche)”*. Por conseguinte, uma visão não absolutizadora da personalidade jurídica da sociedade é aquela que *“toma em conta o seu substrato humano (os sócios) e/ou patrimonial (os bens de que ela dispõe)”*.<sup>20</sup>

Efetivamente, à liberdade de atuação através de sociedades têm de corresponder determinados limites impostos pela contraposição dos interesses em jogo – nomeadamente a proteção daqueles que estabelecem relações negociais com estas sociedades contra os abusos que podem ser, potencialmente, cometidos e que a ordem jurídica não pode permitir, geradores de

---

seguintes), *“pessoas em sentido jurídico não são apenas as pessoas singulares, mas também as pessoas colectivas, entidades que, à semelhança das pessoas singulares, aparecem no tráfico jurídico como titulares de direitos e obrigações próprios. Desta maneira, possuem um património próprio, separado dos patrimónios dos seus membros, e são inteiramente autónomas na sua esfera jurídica, agindo por meio dos seus órgãos, destinados para o efeito.”*

<sup>18</sup> Citando COUTINHO DE ABREU (Do Abuso de Direito, página 105), o Autor afirma que *“se pode falar-se apropriadamente de um “interesse social”, ele é inseparável do interesse dos sócios, não sendo portanto legítimo afirmar como fim da sociedade a prossecução de interesses supra-humanos, superiores aos interesses individuais dos associados. A sociedade comercial é um meio, um instrumento de homens. Com ela pretendem estes conseguir ganhos que aumentem o seu próprio património. Em suma, a sociedade é um instrumento dos sócios, com vista à exploração de uma empresa lucrativa”*. É neste contexto, ainda, que o Autor reforça a não absolutização da personalidade jurídica, abrindo portas para a sua desconsideração. Parece ser uma característica importante sobretudo no âmbito das sociedades unipessoais por quotas, uma vez que se é certo que o interesse da sociedade é, na senda do citado, um interesse criado pelos sócios, mais então o será no caso das sociedades unipessoais. Neste caso, o interesse da sociedade será aquele que o sócio único entendeu prosseguir, podendo perigosamente verificar-se uma situação de abuso entre sócio único e sociedade que este domina por completo. Obviando aos perigos de utilização abusiva da sociedade unipessoal para prossecução de interesses ilegítimos, mais do que em qualquer campo, parece que no caso das sociedades unipessoais a desconsideração da personalidade jurídica terá o seu palco perfeito de atuação de modo a responsabilizar diretamente o sócio para além do véu da personalidade da sociedade.

<sup>19</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Curso de Direito Comercial. Volume II. Das Sociedades, página 176 e CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica das Sociedades Comerciais, página 297.

<sup>20</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Do abuso de Direito, página 105.

prejuízos injustificados. Cumpre, assim, encontrar o ponto de equilíbrio entre, por um lado, o mínimo de segurança que a personalização requer e, por outro lado, a repressão de utilizações abusivas da sociedade. *“A lei apresenta aos sócios um meio de realizar a atividade empresarial, pelo que a possibilidade de estes virem a ser surpreendidos com uma responsabilidade com que, de todo, não podiam contar será, sem dúvida, um factor gerador de insegurança e, até, refreador da iniciativa empresarial.”*<sup>21</sup>.

Nunca menosprezando o objetivo que presidiu à limitação da responsabilidade, cumpre apreciar se, em certos casos, a personalidade jurídica deverá ser derogada por força de comportamentos abusivos levados a cabo pelos homens que se escondem por detrás do “véu”.

Um dos “mecanismos” que a doutrina tem apontado para resolver o problema do abuso da personalidade jurídica e, daí, da autonomia patrimonial, é a desconsideração da personalidade jurídica, cujos contornos de seguida passaremos a analisar<sup>22</sup>. Negando-se a absolutização da personalização trilha-se o caminho necessário para a aplicação da figura da desconsideração da personalidade jurídica, quando se revele adequado e necessário após sopesamento dos interesses em contraposição. De facto, *“Todas as instituições de criação humana estão sujeitas a abusos, como já se disse. Tentou-se, pois, sob o ponto de vista metodológico, abarcar este problema do abuso da pessoa colectiva através do instituto da desconsideração”*<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> PINTO, Alexandre Mota – Do Contrato de Suprimento. O financiamento entre capital próprio e capital alheio, página 123.

<sup>22</sup> Nesse sentido, referindo-se à autonomia patrimonial e ao recurso à figura da desconsideração da personalidade jurídica em caso de abuso institucional, HEINRICH EWALD HÖRSTER (A Parte Geral do Código Civil Português. Teoria Geral do Direito Civil, p. 358), afirma que *“São as pessoas colectivas que permitem a concentração de esforços humanos, meios organizados e recursos financeiros que ultrapassam as respectivas virtualidades individuais. Ao mesmo tempo, limitam-se o risco e a responsabilidade de quem forma o seu substrato, dada a esfera jurídica própria da pessoa colectiva, completada pela sua autonomia patrimonial em consequência da separação dos patrimónios (cf. n.ºs 315 e 322). Apenas assim, com a observação estrita do princípio da separação dos patrimónios, que limita a responsabilidade das pessoas colectivas ao seu património social, pode ser assegurado que sejam tomadas, ou não prejudicadas, as decisões economicamente desejáveis, mas afectadas por grandes riscos. Por outro lado, a responsabilidade própria e autónoma da pessoa colectiva não serve nem existe para limitar abusivamente a responsabilidade das pessoas que constituem o seu substrato, sob pena de desconsideração (Durchgriff) da forma jurídica e da correspondente separação dos patrimónios, desconsideração essa que então permite o regresso directo aos componentes do substrato pessoal, fazendo-o responder, com base na proibição do abuso do direito – abuso institucional (cf. n.º 461) – pelas dívidas da pessoa colectiva.”*

<sup>23</sup> CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica nas Sociedades Comerciais – página 55.

## II. A Desconsideração da Personalidade Jurídica

### A. Justificação

Conforme afirmado, a doutrina tem revelado a sua preocupação no escrutínio de uma resposta que solucione os problemas de abuso da personalidade jurídica em detrimento dos credores sociais, recorrendo, nomeadamente, ao levantamento da personalidade jurídica<sup>24</sup>.

A doutrina<sup>25</sup> avança diferentes, ainda que aproximadas, definições do “instituto”. Nas palavras de COUTINHO DE ABREU, a desconsideração da personalidade jurídica pode ser definida como aquele processo de “*derrogação ou não observância da autonomia jurídico-subjetiva e/ou patrimonial das sociedades em face dos respetivos sócios*”<sup>26</sup>; por sua vez, define-a MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO como a “*operação pela qual a personalidade jurídica de uma pessoa coletiva é afastada, retirada*”<sup>27</sup>; finalmente, PEDRO CORDEIRO descreve o instituto como “*o desrespeito pelo princípio da separação entre a pessoa coletiva e os seus sócios ou, dito de outro modo, desconsiderar significa derrogar o princípio da separação entre a pessoa coletiva e aqueles que por detrás dela actuam.*”<sup>28</sup>.

Em suma, podemos definir a desconsideração da personalidade jurídica como a técnica jurídica que i) responsabiliza diretamente o(s) sócio(s) de uma sociedade comercial por determinadas dívidas contraídas por aquele(s) em nome desta ou ii) imputa àquele(s)

---

<sup>24</sup> CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 420.

<sup>25</sup> No que concretamente se refere ao termo adotado pela doutrina e jurisprudência nacional, fazem-se ouvir vozes no sentido de que o termo “Desconsideração” não é totalmente adequado (CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 421). Nas palavras do Autor, aquele termo demonstra certa “*inelegantia*”, consubstanciando uma adaptação de expressões anglo-saxónicas em nada próximas das tradições nacionais. O Autor propõe, assim, o termo “*penetração*” na personalidade jurídica (CORDEIRO, António Menezes, Da boa fé no Direito Civil apud CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 421), aproximando-se da denominação atribuída pela doutrina e jurisprudência alemãs, ainda que, afirma, se mantenha a “*inelegantia*” da expressão.

Por sua vez, GALVÃO TELLES (Venda a descendentes e o problema da superação da Personalidade Jurídica, Revista da Ordem dos Advogados 1979, 513-562 (537 e 555) apud CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 421), propõe a designação de “*superação*”, termo contraposto por MENEZES CORDEIRO por transmitir a ideia de necessidade de remoção de um obstáculo, o que decerto a personalidade jurídica não consubstancia. Em conclusão, MENEZES CORDEIRO adota a expressão “*levantamento da personalidade colectiva*” (Do levantamento da personalidade colectiva, DJ IV (1989/90), 147-161 (151), Da responsabilidade civil dos administradores das sociedades comerciais (1997), §13.º e O levantamento da personalidade colectiva no direito civil e comercial (2000), p. 103 apud CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 421): “*Trata-se de uma locução neutra, conforme com o toar da língua portuguesa e que pode, convencionalmente, ser preenchida com qualquer significado jurídico. Aceitaríamos qualquer outra fórmula justificada*”.

<sup>26</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Curso de Direito Comercial. Volume II. Das Sociedades, página 176.

<sup>27</sup> RIBEIRO, Maria De Fátima – A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica”, p. 67.

<sup>28</sup> CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica das Sociedades Comerciais, página 19.

determinadas características ou comportamentos desta. Responsabilizando, o levantamento inobserva temporariamente o princípio da autonomia patrimonial (*Trennungsprinzip*) conferida pela personalização, fazendo aquele(s) sócio(s) responder diretamente por certas dívidas sociais, desde que a sua conduta possa ser qualificada como a) abusiva – objetivamente, parece-nos, salvo melhor opinião –, b) causadora de um prejuízo a credores e desde que se verifique uma situação c) materialmente injusta com a qual a ordem jurídica não possa condescender.

- i) Trata-se de uma técnica jurídica entre nós doutrinalmente construída e jurisprudencialmente desenvolvida, não legalmente prevista – ao contrário do que sucede, por exemplo, na ordem jurídica brasileira, onde o artigo 50.º do Código Civil Brasileiro estipula expressamente que “*Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.*”<sup>29</sup>.
- ii) Em segundo lugar, tem dupla e distinta finalidade: a responsabilização dos sócios por dívidas por si contraídas em nome de uma sociedade ou a imputação de comportamentos ou características da sociedade aos próprios sócios (quando direta) e vice-versa (desconsideração invertida).
- iii) Importante é frisar tratar-se de uma inobservância de carácter temporário da autonomia patrimonial, uma vez que a desconsideração da personalidade jurídica

---

<sup>29</sup> Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Aquele preceito normativo refere-se ao “*desvio de finalidade*” e à “*confusão patrimonial*” como casos desconsiderantes; como consequência, os efeitos de “*certas e determinadas relações de obrigações*” são imputados diretamente aos sócios. Parece-nos resultar daquela disposição a resposta a uma questão que tem sido colocada entre nós e que é a de saber qual o efeito resultante do levantamento da personalidade: respondendo o património do sócio(s) abusador(es), quando exista um abuso de direito, fá-lo relativamente a que dívidas sociais? Responde a maioria da doutrina que a desconsideração da personalidade terá como efeito a responsabilização do sócio pelas dívidas concretamente contraídas abusivamente, mantendo-se a autonomia patrimonial instituída pela personalidade jurídica relativamente às demais obrigações sociais. Quer parecer que, no ordenamento jurídico brasileiro, é essa a solução que, precisamente, resulta da lei, ao referir-se o artigo 50.º do Código Civil aos efeitos de “*certas e determinadas*” obrigações. Não podemos, contudo, esquecer a dificuldade que representa uma responsabilização concreta nestes termos quando em causa esteja uma situação de mistura de patrimónios ou confusão patrimonial. Ademais, aquele preceito não dá resposta, pelo menos direta, à questão de saber a que tipo de “*abuso*” de direito se refere: é exigível uma intencionalidade subjacente à conduta? Dever-se-á proteger o sócio que, em estado de ignorância, abusa da autonomia patrimonial, em detrimento dos interesses dos credores sociais prejudicados? Ou deve a ordem jurídica dar prevalência à proteção daqueles credores prejudicados pelos comportamentos dos sócios que independentemente de culpa abusam da autonomia patrimonial?



por determinados comportamentos não significa que os sócios sejam, por um lado, responsabilizados por todas as obrigações da sociedade contraídas até aí, nem, por outro lado, que o regime da responsabilidade da sociedade se altere daí em diante. Pelas dívidas contraídas até àquela data pela sociedade, desde que não se verifique abuso de direito, será inegavelmente responsável o património social; por aquelas dívidas contraídas após a (pontual e concreta) derrogação da personalidade, manter-se-á somente responsável aquela sociedade<sup>30</sup>.

- iv) Em quarto lugar, tem de verificar-se um abuso de direito, i.e., uma conduta por parte dos sócios que mereça a censura do direito – independentemente da culpa<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Parece ser esta característica de extrema importância, a nosso ver. Só deste modo pode garantir-se o total respeito pelo disposto no n.º 3 do artigo 198.º do CSC – e só desta forma obter-se o necessário equilíbrio de forças entre a proteção conferida aos credores sociais em caso de prática de facto ilícito pelos sócios e aquela necessária à aposta no tipo societário sociedade por quotas, sob pena de violação de princípios fundamentais como o princípio da proteção da confiança. Ensina MENEZES CORDEIRO (O levantamento da Personalidade Colectiva no Direito Civil e Comercial, páginas 95 e seguintes) que a proteção da confiança efetiva-se, por um lado, através de disposições legais específicas e, por outro lado, através de institutos gerais. Afirma como pressupostos da tutela da confiança: “1.º Uma situação de confiança, conforme com o sistema e traduzida na boa-fé subjectiva e ética, própria da pessoa que, sem violar os deveres de cuidado que ao caso caibam, ignore estar a lesar posições alheias; 2.º Uma justificação para essa confiança, expressa na presença de elementos objectivos capazes de, em abstracto, provocarem uma crença plausível; 3.º Um investimento de confiança consistente em, da parte do sujeito, ter havido um assentar efectivo de actividades jurídicas sobre a crença consubstanciada; 4.º A imputação da situação de confiança criada à pessoa que vai ser atingida pela protecção dada ao confiante: tal pessoa, por acção ou omissão, terá dado lugar à entrega do confiante em causa ou ao factor objectivo que a tanto conduziu”.

A relevância desta proteção é tanto maior quanto se defenda uma teoria objetiva ou institucional do abuso de direito como fundamento da desconsideração, na senda daquela que acabou por ser a opinião de SERICK (*“Rechtsform und Realitätjuristischer Personen”*, apud CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, páginas 420 e seguintes). O Autor, tendo inicialmente defendido o abuso de direito subjetivo, logo passou a apoiar o abuso de direito institucional como fundamento para a desconsideração da personalidade jurídica, opinião que acompanhamos. Imagine-se, contudo, a instabilidade que potenciará um sistema no qual aqueles interessados na prossecução de determinado objeto social mediante a constituição de uma sociedade por quotas se vissem repentinamente responsáveis pessoal e ilimitadamente por todas dívidas sociais contraídas antes e depois da desconsideração judicial da personalidade jurídica. Talvez não se tratasse de uma solução absolutamente penalizadora para sujeitos abusadores, quando *in caso* se verificasse dolo da sua parte; contudo, não resta dúvida que a proteção conferida aos credores sociais nestes (extremos) termos se revelaria mais prejudicial para o comércio jurídico do que a total ausência de uma proteção. Pelo exposto – e salvo melhor opinião – quer parecer que a teoria objetiva do abuso de direito não pode prescindir desta importante nota: a desconsideração da personalidade não deverá alterar o regime de responsabilidade legalmente previsto para as sociedades por quotas, sob pena de onerar inoportavelmente os interesses daqueles que se arriscam no exercício de uma atividade – ainda que sob a proteção da limitação da responsabilidade ao montante do capital social – em benefício daqueles que negociam com uma pessoa jurídica – a sociedade de responsabilidade limitada – e que desde o início sabiam (ou deviam saber) só poder contar com aquele património para cobertura de pagamentos dos seus créditos.

<sup>31</sup> É esta, salvo melhor opinião, aquela que entendemos ser a visão mais adequada para os problemas levantados pela desconsideração da personalidade jurídica. Concordamos, neste sentido, com PEDRO CORDEIRO (A Desconsideração da Personalidade Jurídica nas Sociedades Comerciais, página 78), que afirma que “O ordenamento jurídico não pode tolerar uma violação involuntária e inconsciente contra os seus princípios fundamentais da mesma forma que o não pode fazer em relação à violação voluntária. Ele deve impor os seus objectivos sem tomar em atenção se o violador actua ou não com consciência de que o seu comportamento é contrário aos fins do direito. [...] A teoria objectiva do abuso de instituto é, por isso, a correcta.”.

A ordem jurídica não pode beneficiar aqueles que agem por ignorância, premiando o desconhecimento com a desresponsabilização do abuso.

- v) Por fim, tem necessariamente de verificar-se um prejuízo; partindo do pressuposto que a desconsideração da personalidade jurídica visa proteger aqueles credores que se veem prejudicados por condutas abusivas exercidas por detrás da fachada da sociedade comercial, não faria sentido responsabilizar pessoalmente sócios caso não se verificasse, concretamente, um dano para terceiros – como, aliás, já decorre dos pressupostos gerais do instituto da responsabilidade civil.

## B. Evolução histórica

A “teoria” da desconsideração da personalidade jurídica teve origem casuística nos tribunais dos Estados Unidos da América, sendo ali apelidada de doutrina do “*disregard of legal entity*”<sup>32</sup>. Ainda que os tribunais norte-americanos tenham vindo a recorrer ao “instituto”, a sua aplicação não tem estado livre das críticas que se dirigem sobretudo à sua arbitrariedade.

Contudo, é em 1955, na Alemanha<sup>33</sup>, que se encontra a primeira análise jurisprudencial da figura, que ficou a dever-se a SERICK<sup>34</sup> e à sua obra dedicada ao tema sob o título “*Rechtsform und Realität juristischer Personen*”<sup>35</sup>. Apelando ao abuso de direito como justificação da necessidade de levantar o véu da personalidade, o Autor adota uma perceção subjetivista<sup>36</sup> da figura. Mais tarde, abandonando aquele pendor subjetivo e defendendo já um abuso de direito objetivo, SERICK analisa problemas relativos à aplicação e à interpretação de normas, defendendo que deve haver lugar à desconsideração da personalidade jurídica quando “*com recurso à pessoa coletiva, se contorne uma lei, se violem deveres contratuais ou se prejudiquem fraudulentamente terceiros. A sede jurídica residiria na boa-fé, embora no fundo se assistisse à violação da própria personalidade coletiva.*”<sup>37</sup>.

Assim, com origem estadunidense, esta técnica foi difundida na Alemanha (onde a doutrina teve maior influência) como *Durchgriff bei juristischen Person*, na Itália como *Superamento della Personalità*, na França como *Transparence* e em Portugal como *Desconsideração da Personalidade Jurídica*.

---

<sup>32</sup> CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica nas Sociedades Comerciais, página 27.

<sup>33</sup> A separação entre a sociedade e os seus sócios nunca tinha sido colocada em questão, até 1920. A 22 de junho de 1920, contudo, decidiu o 3.º Senado do Reichsgericht no sentido de que “*o juiz deveria prestar maior atenção à realidade da vida e à força das coisas.*” – *Ibidem*, páginas 27 e 28. “*Em síntese, pode-se afirmar que no período que mediou entre 1920 e 1955 eram, fundamentalmente, os casos de unipessoalidade que concitavam a atenção da doutrina e jurisprudência, mas a discussão desenvolvia-se em diferentes direcções e a partir de bases diferentes.*” – *Ibidem*, página 29.

<sup>34</sup> Cfr. CORDEIRO, Pedro – *Idem*: “A primeira tentativa de aprofundamento dogmático da desconsideração foi levada a cabo em 1955 por SERICK.”

<sup>35</sup> Traduzido para língua portuguesa como “Forma jurídica e realidade das pessoas coletivas”.

<sup>36</sup> Quando dizemos que SERICK, o Autor responsável pela introdução deste tema na ordem jurídica alemã, lhe atribuiu um cunho subjetivista, queremos dizer que defendeu como pressuposto da aplicação desta “doutrina” a existência de intenção: uma intenção reprovável pelo ordenamento jurídico. Mas logo aceitou o objetivismo, sob pena de ficar de fora uma larga variedade de hipóteses. Sobre este tema, entre outros, CORDEIRO, Pedro – *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>37</sup> CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, páginas 424 e 425. De acordo com este Autor, “*SERICK refere, ainda, diversas possibilidades, como a ocorrência de comportamentos contraditórios. A pessoa coletiva não deve igualmente ser usada para — ou abusada para — frustrar o escopo de uma norma ou de um negócio; também os escopos de regras dirigidas a pessoas singulares devem prevalecer.*”.



Na ordem jurídica portuguesa, a desconsideração da personalidade jurídica teve acolhimento por via doutrinária, não tanto jurisprudencial, devendo-se as primeiras perscrutações a FERRER CORREIA aquando da análise do regime das sociedades unipessoais e os problemas advenientes do abuso da personalização na persecução de interesses pessoais contraditórios com os interesses sociais<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Efetivamente, em Portugal os primeiros estudos acerca da desconsideração da personalidade jurídica surgiram em torno das sociedades unipessoais. Mesmo na Alemanha, foi no âmbito da unipessoalidade que surgiram as mais antigas referências. Até ao Acórdão de 22 de junho de 1920 do 3.º Senado do Reichsgericht, aquele ordenamento considerava absoluta a separação da personalidade jurídica dos sócios e sociedade. Após aquela decisão, tudo se alterou. Naquele caso, em que em causa estava uma GmbH unipessoal, o RG utilizou como fundamento da sua decisão o paralelismo de interesses existente entre sociedade unipessoal e sócio único. No seguimento desta decisão, em 1953, SCHILING tentou considerar como desprovida de personalidade jurídica a sociedade unipessoal, identificando-a com um mero património de afetação especial (DIETMAR BENNE, “Haftungsdurchgriff bei der GmbH insbesondere im Fall der Unterkapitalisierung”, Köln, 1978, página 8, *apud* CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica das Sociedades Comerciais, páginas 27 e 28). Entre nós, o mais embrionário desenvolvimento da necessidade de superar a barreira que é a personalidade jurídica de uma pessoa coletiva surgiu em 1945 com FERRER CORREIA (Sociedades Unipessoais de Responsabilidade Limitada). Este Autor propôs a responsabilização pessoal e ilimitada do sócio único pelo passivo social, obviando à necessidade de dissolução da sociedade supervenientemente reduzida à unipessoalidade. Já em 1983, com COUTINHO DE ABREU (Do Abuso de Direito) verifica-se um retorno da discussão da questão. A unipessoalidade assumiu nova problemática após a admissibilidade da constituição originária de sociedades por quotas unipessoais, pois a própria *ratio* da lei se alterou e a interpretação que anteriormente se fazia de determinados preceitos “desconsiderantes” implicou uma reavaliação. Com a constituição de uma sociedade por quotas unipessoal, a lei permite a um sócio único gozar dos benefícios que decorrem da personalização, já aqui explicados, concretamente o da limitação da responsabilidade pelas obrigações assumidas pela sociedade ao valor do capital social, em virtude do princípio da separação patrimonial. Também RICARDO COSTA (A Sociedade Por Quotas Unipessoal no Direito Português, página 642) afirma que não pode menosprezar-se a importância que reveste o estabelecimento de medidas *praeter legem* que garantam uma eficaz tutela dos credores nos casos de sociedades unipessoais por quotas. Como afirma PEDRO PAIS DE VASCONCELOS (A Participação Social Nas Sociedades Comerciais, página 293), “a responsabilidade patrimonial ilimitada do sócio ocorre também em situações de unipessoalidade.”. Por sua vez, explica OLIVEIRA ASCENSÃO (Direito Comercial, Volume IV, Sociedades Comerciais – Parte Geral, página 80) que “*ganha uma relevância muito particular toda a problemática suscitada em casos de unipessoalidade, pois é então que o risco de confusão patrimonial é máximo. Esta foi a hipótese consagrada no referido artigo 84.º do Código das Sociedades Comerciais*” acrescentando que “*A nova figura da sociedade unipessoal por quotas traz mais uma manifestação, no artigo 279-F, introduzido no CSC. Admitem-se negócios entre o sócio único e a sociedade, com certos requisitos. Se estes não forem observados, os negócios são nulos, e o sócio único é ilimitadamente responsável. Cria-se assim um pressuposto específico da desconsideração.*” (*ibidem*, página 81).

Por fim, também MENEZES CORDEIRO (Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 422), que coloca a questão: “*quando a sociedade visse todas as suas quotas de capital reunidas numa única titularidade, como distinguir os direitos dela e os do sócio único?*”. Explica aquele Autor que esta questão foi discutida no Acórdão de 27 de outubro de 1914, tendo o RG decidido que “*a sociedade por quotas, apesar da reunião, numa só mão, de todas as participações, mantém uma personalidade jurídica própria*”. Continua o Autor, elucidando que esta decisão foi “*conservada em 4-Jun.-1915 e em 21-Jan.-1918.*”. Contudo, “*No primeiro pós-guerra, numa situação doutrinária e institucional muito diferente, o Reichsgericht — ou um dos seus senados — mudou de orientação.[...] O juiz deve dar mais valor ao poder dos factos e à realidade da vida do que a construção jurídica (...). Na sua simplicidade, esta decisão é apontada como a certidão de batismo, no Continente, do levantamento da personalidade coletiva e isso mau grado só com SERICK, trinta e cinco anos depois, lhe ter sido aposto um nome*”.

Entre nós, a figura foi alvo de várias análises doutrinárias mais recentes, devidas nomeadamente a DIOGO PEREIRA DUARTE<sup>39</sup> e a MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO<sup>40</sup>. Assim, em Portugal, é um instituto que “*Já não pode, de modo algum, ser considerado como uma novidade exótica.*”<sup>41</sup>.

### C. Dissecação

Dentro da desconsideração da personalidade jurídica, podemos reconhecer, por um lado, os casos de **imputação** e, por outro lado, os casos de **responsabilização**<sup>42</sup>.

A imputação através da desconsideração da personalidade jurídica procede à incluação de determinados comportamentos, características, conhecimentos, qualidades ou condutas dos sócios à sua sociedade ou vice-versa – na doutrina alemã, “*Zurechnungsdurchgriff*”; por sua vez, a responsabilização, quebrando a responsabilidade limitada que é conferida com a personalização através da autonomia patrimonial, faz responder diretamente os sócios pelas dívidas da sociedade, ou seja, procede à responsabilização dos sócios diretamente perante os credores sociais – a chamada “*Haftungsdurchgriff*”<sup>43</sup>.

---

<sup>39</sup> DUARTE, DIOGO PEREIRA — Aspectos do Levantamento da Personalidade Colectiva nas Sociedades em Relação de Domínio / Contributo para a determinação do Regime da Empresa Plurissocietária.

<sup>40</sup> RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA — A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica”.

<sup>41</sup> CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 429.

<sup>42</sup> Vide ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Curso de Direito Comercial. Volume II. Das Sociedades, página 179. De acordo com MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO (*op. cit.*, página 76, nota de rodapé 13), nos casos de *Durchgriff* de responsabilidade existe um problema diferente daquele que se encontra nos casos *Durchgriff* de imputação, exigindo, por isso, uma disciplina distinta. Nos casos de responsabilização, se entendermos que a sociedade deixa de ser titular autónoma de direitos e obrigações, porque se levanta o véu da personalidade jurídica, o conjunto de obrigações da sociedade passa a pertencer ao sócio, que responde diretamente pelas dívidas da sociedade. Estando reunidos os pressupostos para uma responsabilização pessoal, a sua responsabilidade será perante os credores, não se tratando de uma responsabilidade interna para com a sociedade, nem sendo de exigir aos credores que procedam à excussão do património da sociedade para a satisfação dos seus créditos.

<sup>43</sup> No âmbito da *Durchgriff* de responsabilidade, a desconsideração da personalidade jurídica não é a única forma de responsabilizar pessoalmente o sócio. Como ensina MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO (*op.cit.*) numa segunda leitura da responsabilidade *Durchgriff*, não existe “desconsideração da personalidade jurídica”, pois é a sociedade que permanece a titular das relações jurídicas. Somente, o sócio fica impedido de invocar o benefício da responsabilidade limitada, e por isso responde pelas obrigações da sociedade. Os credores só poderão dirigir-se aos patrimónios do sócio depois de executado o património da sociedade ou depois que seja declarada a insolvência. Justifica-se por não fazer sentido responsabilizar diretamente os sócios enquanto o património social for capaz de satisfazer as suas obrigações. Neste caso de responsabilização, a sociedade conserva a sua personalidade jurídica e autonomia patrimonial, pelo que na doutrina espanhola se defende que a consequência é a responsabilidade subsidiária dos sócios. Desde já anunciamos que a leitura desconsiderante é rejeitada por MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, que entende “excessivo” exigir-se uma responsabilização direta do sócio perante os credores sociais sem necessidade de excussão prévia do património da sociedade e afirma que

Relativamente à responsabilização, “*figura que mais interessou os intérpretes*”<sup>44</sup>, é comum a doutrina identificar “grupos de casos” de responsabilidade. Com COUTINHO DE ABREU<sup>45</sup>, podemos identificar os casos de i) subcapitalização, os de ii) descapitalização da sociedade provocada por sócios e a iii) mistura de patrimónios dos sócios e sociedade.

Já para MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO<sup>46</sup>, estes casos típicos reconduzem-se às situações de i) controlo da sociedade por um só sócio, ii) subcapitalização da sociedade e iii) mistura de patrimónios.

Por seu turno, MENEZES CORDEIRO<sup>47</sup>, enumerando também um grupo de casos, divide-os em i) confusão de esferas jurídicas, ii) subcapitalização, iii) atentado a terceiros e o iv) abuso da personalidade.

---

“quanto à subcapitalização material, não entendemos que, face ao quadro legal vigente, ela possa ser, só por si, fonte de responsabilidade para o sócio”. Continua a Autora afirmando que “dos três grupos de casos inicialmente incluídos (pela doutrina e pela jurisprudência) no domínio daqueles que justificariam o recurso a uma solução de “desconsideração da personalidade jurídica”, deve ser excluída a subcapitalização material, uma vez que sobre os sócios não recai a obrigação legal de capitalização adequada da sociedade”. Independentemente, vários Autores defendem o recurso à desconsideração da personalidade jurídica com base na responsabilização direta do sócio. É o caso de COUTINHO DE ABREU (Curso de Direito Comercial. Volume II. Das Sociedades), ALEXANDRE MOTA PINTO (Do Contrato de Suprimento. O Financiamento da Sociedade entre Capital Próprio e Capital Alheio) e MENEZES CORDEIRO (Tratado de Direito Civil Português. I. Parte Geral. Tomo III.).

<sup>44</sup> ASCENSÃO, José de Oliveira – Direito Comercial, Volume IV, Sociedades Comerciais – Parte Geral, página 78.

<sup>45</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Curso de Direito Comercial. Volume II. Das Sociedades, página 180 e seguintes.

<sup>46</sup> RIBEIRO, Maria De Fátima – A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica”, página 177.

<sup>47</sup> CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 445. A título exemplificativo, o Autor enuncia como casos jurisprudenciais de aplicação da doutrina da desconsideração os Acórdãos que, retirados daquele manual, aqui se deixam copiados pela sua importância na demonstração daqueles que têm sido os “grupos de casos” adotados pela doutrina e a teoria do abuso de direito que tem sido suscitada em cada um. Citando MENEZES CORDEIRO: Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13 de maio de 1993, no qual “os Réus, pais, fizeram trespassar a outros dois Réus, seus filhos, de um estabelecimento comercial, sem o consentimento doutros filhos”, tendo a venda sido feita a uma sociedade, constituída por aqueles filhos para contornar a proibição de venda de pais a filhos; o Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 21 de maio de 1998, no qual “os gerentes de uma sociedade comercial, devedora de avultada quantia, transferem os ativos dessa sociedade para uma outra, expressamente constituída, prejudicando os credores”; o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 1 de junho de 2000, em que se afirmou que “E por vezes torna-se necessário desconsiderar a personalidade jurídica [da pessoa coletiva e tomar em conta o respetivo substrato pessoal ou patrimonial. Trata-se de fazer o levantamento da personalidade jurídica”]; o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9 de maio de 2002, no qual “embora não fazendo aplicação ao caso considerado, o Supremo admite a doutrina do levantamento, assente no abuso do direito e na boa fé”; o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9 de janeiro de 2003, onde ficou afirmado que “... A desconsideração ou levantamento da personalidade coletiva das sociedades só se torna possível quando dela haja sido feito um uso abusivo ou contrário ao princípio da boa-fé (portanto reprovável)...”; o Acórdão da Relação de Lisboa, de 22 de janeiro de 2004, tendo sido afirmada a teoria subjetiva do abuso, porquanto “... Não prescinde o instituto do levantamento ou desconsideração da personalidade do uso abusivo daquela (...);” o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça

OLIVEIRA ASCENSÃO<sup>48</sup>, por sua vez, enuncia como “hipóteses” *Durchgriff* i) a fraude à lei, ii) fraude a obrigação contratual, iii) fraude contra credores e iv) controlo societário.

---

de 6 de novembro de 2004, que afirmou que “...Quando a personalidade coletiva seja usada de modo ilícito ou abusivo para prejudicar terceiros, existindo uma utilização contrária a normas ou princípios gerais, incluindo a ética dos negócios é possível proceder ao levantamento da personalidade coletiva”; o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 24 de janeiro de 2005, donde consta que “Não deve levantar-se ou desconsiderar-se a personalidade jurídica da empresa contratante, a não ser quando o interessado prove manifestações de conduta societária reprovável (como, por exemplo, a confusão ou a promiscuidade entre as esferas da sociedade e dos sócios, a subcapitalização da sociedade para concretizar o objeto social ou as relações de domínio grupal) e uma atuação de fraude a lei, evidenciada aquando da existência de efeitos prejudiciais a terceiros”; o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 3 de março de 2005, que veio afirmar que “... Não é lícito (...) agir em moldes de levar a confusão das esferas jurídicas (...) à subcapitalização ou a prejudicar terceiros, servindo-se de forma abusiva da responsabilidade coletiva”; o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de maio de 2005: “a responsabilidade da sociedade dominante é legal: não decorre da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade filha”; o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 13 de junho de 2005, onde pode ler-se que “Tal o levantamento exige, porém, que se demonstre que a executada, ou a executada acompanhada pelos seus sócios gerentes enquanto pessoas singulares, por meios lícitos, obteve fins proibidos por lei, sendo certo que tal ónus cai ao exequente...”; o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 25 de outubro de 2005, tendo sido afirmado que “Em tese geral, pode dizer-se que a desconsideração da personalidade coletiva, imposta pelos ditames da boa-fé, se traduz no desrespeito pela separação entre a pessoa coletiva e os seus membros”; o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23 de março de 2006: “Trata-se de casos em que o exercício do direito subjetivo conduz a um resultado clamorosamente divergente do fim para que a lei o concedeu e dos interesses jurídica e socialmente aceitáveis”; o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 18 de maio de 2006, cujo teor pauta que “... Ressalvando as situações-limite de desconsideração da personalidade da sociedade face aos sócios e outras (...) equivalentes, são distintas a personalidade jurídica dos sócios e da sociedade”; o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 31 de janeiro de 2007, no qual “a desconsideração, para efeitos de responsabilidade, tem a ver com o abuso da limitação de responsabilidade das sociedades comerciais”; o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26 de junho de 2007, onde “por trás da desconsideração ou levantamento da personalidade coletiva, esta sempre a necessidade de corrigir com portamentos ilícitos, fraudulentos de sócios que abusaram da personalidade coletiva da sociedade, seja atuando em abuso do direito, em fraude a lei ou de forma mais geral, em violação das regras de boa-fé e em prejuízo de terceiros”; o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 29 de abril de 2008, onde o Autor identifica que “há confusão de esferas jurídicas quando por violação das regras societárias ou por decorrências puramente objetivas, não fique clara, na prática, a separação entre o património da sociedade e o do socio ou sócios que tenham atuado sob a capa daquela; o abuso não depende da intenção, mas da violação da boa-fé”, donde resulta uma visão objetivista do abuso de direito; o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 5 de fevereiro de 2009, no qual “a demarcação entre a personalidade singular e a coletiva não é um valor absoluto”; o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 20 de maio de 2010, onde “o tema foi discutido no processo ainda que, dele, não se tenha feito aplicação”.

<sup>48</sup> ASCENSÃO, Oliveira – Sociedades Comerciais. Parte Geral. Volume IV., página 75. A título de curiosidade, enunciamos em seguida as “modalidades” de desconsideração da personalidade jurídica identificadas por OLIVEIRA ASCENSÃO (*ibidem*, página 76): direta/invertida – direta quando se procede a ultrapassagem da sociedade de modo a atingir os seus sócios; invertida quando se parte dos sócios para atingir a sociedade; desfavorável/favorável – favorável quando daí resultem benefícios fiscais ou se deconsidere que existiu uma transmissão; para quaisquer fins/para fins de responsabilidade – nomeadamente, para casos de *Durchgriff* como aqui analisamos; subjetiva/objetiva – a primeira terá em conta a intenção fraudulenta, enquanto a segunda analisará a existência objetiva de desvio à lei; em geral/no caso concreto; positivamente estatuída/resultante da aplicação de princípios gerais – o Autor considera o art.º 84.º como uma norma desconsiderante: “há que reconhecer que é efectivamente uma hipótese de desconsideração. Em relação à conduta do socio único, não se toma em conta a interposição da personalidade colectiva, e os credores poder-se-ão satisfazer, directamente, através do património daquele.” (Direito Comercial, Volume IV, Sociedades Comerciais – Parte Geral, página 81), assim como o artigo 501.º: “Note-se que há outras hipóteses de desconsideração positivamente estatuída em matéria de grupos de sociedades (art. 501, por exemplo).” (op. cit., página 81). De acordo com aquele Autor, estes artigos constituem posituação da figura da desconsideração, o que “dispensa a doutrina de toda a perplexidade quanto aos seus pressupostos. Mas a desconsideração poderá ser utilizada em casos não previstos,

Finalmente, PEDRO CORDEIRO<sup>49</sup> identifica apenas dois casos: i) subcapitalização e a ii) mistura de patrimónios.

Independentemente da sua classificação, “*Em todos estes casos estão a transferir-se os riscos para os outros e isso justifica o recurso à desconsideração*”<sup>50</sup>. Indispensável é examinar a justificação legitimadora da aplicação do instituto àqueles grupos de casos, ou seja, o facto ilícito de onde decorre e a sua justificação. Essencialmente três sistematizações foram apresentadas pela doutrina, nomeadamente: a) as teorias subjetivas; b) as teorias objetivas; c) as teorias de aplicação das normas; finalmente, existem as orientações negativistas<sup>51</sup>, que rejeitam *in totum* o recurso à desconsideração da personalidade jurídica.

a) Teorias subjetivas. SERICK<sup>52</sup>, o Autor responsável por escrever pela primeira vez acerca do tema na Alemanha, começou por defender uma teoria subjetivista. De acordo com esta conceção, a autonomia patrimonial seria desconsiderada caso se verificasse um abuso consciente da forma jurídica da sociedade por parte do sócio, é dizer, quando no caso concreto fosse consciente e intencionalmente usado o benefício da personalização para fins não permitidos pelo Direito, não bastando que, objetivamente, o comportamento do sócio se revelasse abusivo. O pressuposto seria, assim, o da culpa dolosa. Segundo esclarece PEDRO CORDEIRO, “*Só um comportamento doloso destes deveria permitir pôr de lado a sua confiança (tutelada) na separação das esferas jurídicas.*”<sup>53</sup>. Dando primazia ao princípio da segurança jurídica e visando acautelar a posição dos sócios, teria sempre de existir “*uma intenção reprovável, a que se reagiria com a desconsideração*” (OLIVEIRA ASCENSÃO)<sup>54</sup>.

---

*se se encontrar um fundamento que permita impô-la como um princípio geral. Por isso é tao importante o debate sobre a natureza da desconsideração.*” (cfr. Direito Comercial, Volume IV, Sociedades Comerciais – Parte Geral, páginas 81 e 82).

<sup>49</sup> Cfr. CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica das Sociedades Comerciais, p. 66 e seguintes.

<sup>50</sup> ASCENSÃO, José de Oliveira – Direito Comercial, Volume IV, Sociedades Comerciais – Parte Geral, página 80.

<sup>51</sup> CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 445.

<sup>52</sup> *Apud* CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, páginas 445 e seguintes.

<sup>53</sup> CORDEIRO, Pedro – *op. cit.*, página 30

<sup>54</sup> ASCENSÃO, José de Oliveira – *op. cit.*, páginas 81 *et seq.*



b) Teorias objetivas. Logo se fizeram sentir críticas àquela teoria, sobrelevando as dificuldades de prova que o elemento subjetivo implica<sup>55</sup>. Explica OLIVEIRA ASCENSÃO que a requisição da culpa afastaria a aplicação da desconsideração em *“muitas hipóteses em que a justificação objectiva é idêntica, e perder-nos-íamos em processos de intenção perfeitamente dispensáveis.”*<sup>56</sup>. Por causa daquelas críticas surgiram as teorias objetivas, que vieram afastar a necessidade de qualquer elemento intencional para a responsabilização direta do sócio. De acordo com esta concepção, a ordem jurídica não deve tolerar uma violação abusiva, ainda que inconsciente, dos princípios que a estruturam. É o chamado abuso de direito objetivo ou institucional. Citando HEINRICH EWALD HÖRSTER<sup>57</sup>, *“Fala-se de um abuso institucional, quando o direito subjectivo é invocado para fins que estão fora dos objectivos ou funções para os quais ele foi atribuído pela norma”*, pelo que, mencionando PEDRO CORDEIRO, *“o abuso de instituto pressupõe, neste caso, que alguém use as possibilidades legais de formação e actuação das sociedades comerciais de uma maneira formalmente correcta – de acordo com as condições e limites legais – prosseguindo, contudo, objectivos institucionalmente ilegais.”*<sup>58</sup>. Portanto, haverá lugar para a desconsideração quando um comportamento exceda os limites impostos pelo fim social ou económico do direito (artigo 334.º do Código Civil), e fira os interesses dos credores. Visa-se encontrar o verdadeiro responsável, aquele que corrompeu o fim social e abusou da personalização, obtendo para si próprio vantagens por detrás do véu da personalidade da sociedade, ainda que a sua intenção não fosse, em primeiro plano, a de prejudicar outrem, mas somente obter vantagens pessoais. Quer parecer que o abuso do direito deve partir de critérios objetivos,

---

<sup>55</sup> CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica nas Sociedades Comerciais – página 31. Na explicação de ALEXANDRE MOTA PINTO (Do Contrato de Suprimento. O financiamento entre capital próprio e capital alheio, páginas 109 e seguintes) *“como todas as construções do abuso de direito, também esta se deixa objectivar, passando então a tratar-se, não já de uma utilização, subjectivamente, censurável, mas, apenas, de uma utilização uma utilização da pessoa jurídica objectivamente contrária à ordem jurídica.”*

<sup>56</sup> ASCENSÃO, José de Oliveira – Direito Comercial, Volume IV, Sociedades Comerciais – Parte Geral, páginas 81 e 82.

<sup>57</sup> HÖRSTER, Heinrich Ewald – A Parte Geral do Código Civil Português. Teoria Geral do Direito Civil, página 283, apontamento n.º 461. O Autor ensina, ainda, que *“A respeito do abuso do direito diz o artigo 334.º que “é ilegítimo o exercício de um direito quando o titular exceda manifestamente os limites impostos (ou) pela boa fé, (ou) pelos bons costumes ou pelo fim social e económico desse direito”. É com estas três hipóteses que a lei procura obter um controlo ou uma moderação do poder, fazendo com que o exercício do direito subjectivo por parte do seu titular se efectue dentro do quadro resultante do fim para o qual foi atribuído. O instituto do abuso do direito representa o controlo institucional da ordem jurídica quanto ao exercício dos direitos subjectivos privados, garantindo a autenticidade das suas funções”*.

<sup>58</sup> CORDEIRO, Pedro – *op. cit.*, página 79.

uma vez que a exigência da consciência beneficiaria “*aqueles que não conhecem escrúpulos.*”<sup>59</sup>.

c) Teorias de aplicação das normas. Ainda dentro das teorias objetivas, desenvolveram-se as teorias da aplicação ou do fim das normas, de acordo com as quais a personalidade jurídica das sociedades não seria mais do que uma construção da ordem jurídica. Assim, a sua integridade só deveria manter-se intocada desde que as normas jurídicas em vigor o justificassem. Por outras palavras, as normas relativas à personalidade coletiva seriam afastadas por outras normas não relativas à personalidade coletiva mas à singular dos sócios, quando o comportamento destes assim o justificasse. Foi a teoria defendida por MÜLLER-FREIENFELS, que tentou obviar à necessidade da criação de um instituto autónomo.

Ponderadas as diferentes teorias, ALEXANDRA MOTA PINTO rejeita que aquele ponto ótimo do jogo de interesses que nos orienta (satisfação dos credores vs. proteção da confiança dos sócios) “*possa ser encontrado numa responsabilidade objectiva dos sócios de sociedades (mesmo manifestamente) subcapitalizada perante os credores sociais (“Haftungsdurchgriff”)*”, pois “*a uma excessiva responsabilidade pelo risco da estrutura de capital da sociedade, deverá, a nosso ver, preferir-se uma responsabilidade que acolha a culpa dos sócios nos seus pressupostos.*”<sup>60</sup>.

Para o Autor, só a adoção de uma conceção subjetiva de abuso de direito – pelo menos nos casos de subcapitalização, porque é a esse “grupo de casos” que faz referência – acautela os sócios quando estes informaram os credores sobre a situação da sociedade. Sustenta, ainda, que se verificam situações de insolvência mesmo quando os sócios capitalizaram adequadamente a sociedade.

O Autor aparenta defender que naqueles casos em que os sócios alertaram os credores para a situação de subcapitalização da sociedade não deverá recorrer-se à desconsideração da personalidade jurídica, porque aqui não haveria culpa – logo, teoria subjetiva. É uma justificação que parece não cair bem. Se os sócios não capitalizam adequadamente a

---

<sup>59</sup> HÖRSTER, Heinrich Ewald – A Parte Geral do Código Civil Português. Teoria Geral do Direito Civil, página 282.

<sup>60</sup> PINTO, Alexandre Mota – Do Contrato de Suprimento. O financiamento entre capital próprio e capital alheio, página 125.

sociedade que constituem<sup>61</sup>, com isso externalizando o risco para terceiros e assim abusando da personalização, não devem ser responsabilizados, mesmo que esse comportamento cause prejuízos para credores, porque no início das suas relações comerciais os alertaram, em algo do género: “*a sociedade pode estabelecer uma relação comercial, mas desde já alertamos para o facto de poder vir a revelar-se incapaz de cumprir as suas obrigações e pagar-lhes o que lhes deve*”? Deve este “*disclaimer*”, simplesmente, eximir os sócios de qualquer responsabilidade? Não parece defensável, caso contrário estar-se-ia a descortinar uma forma de toda e qualquer pessoa constituir uma sociedade comercial, eventualmente unipessoal, servindo-se da limitação da responsabilidade e abusando desse benefício e, mediante uma declaração prévia, afastar a sua potencial responsabilização pessoal. Depois, parece pouco provável que, perante um pré-aviso desse género, qualquer credor quisesse estabelecer qualquer relação comercial *ab initio*. Um fornecedor, por exemplo, pensaria duas vezes antes de contratar com uma sociedade que avisa, desde logo, que está subcapitalizada e que o acaso pode ditar a sua impossibilidade de pagar as suas dívidas.

Restam-nos os casos em que o aviso efetuado pelos sócios se realiza já depois de as relações comerciais estarem estabelecidas. Seria o caso de, após contrair dívidas com terceiros, os sócios lhes comunicassem: “*a sociedade encontra-se manifestamente subcapitalizada desde a sua constituição – porque assim o entendemos fazer – pelo que poderá vir a não pagar-vos o que vos deve*”. A que título deve uma comunicação desta natureza afastar a responsabilização dos sócios em detrimento dos credores?

Acresce ser verdade que uma sociedade pode vir a encontrar-se em situação de insolvência, independentemente de os sócios a terem capitalizado adequadamente, ou não, quando a constituíram. Mas não é este um caso diferente, relacionado já com as normas previstas no CIRE? Efetivamente, por um sem-fim de motivos, pode qualquer pessoa singular ou coletiva ver-se numa situação de impossibilidade de cumprir as obrigações vencidas, com culpa ou não, podendo esta vir até a ser julgada culposa, com as consequências legalmente previstas para o efeito. Não é nesse âmbito em que nos movemos.

---

<sup>61</sup> E, além disso, não colmataram a subcapitalização material através de, v.g., suprimentos ou financiamento externo.



#### ***D. Grupos de Casos***

Atentas as explicações que ficam expostas, discorreremos, agora, por diferentes “grupos de casos” avançados pela doutrina, introduzindo casos reais com os quais a jurisprudência já se debateu.

##### **1. CONFUSÃO DE ESFERAS JURÍDICAS/MISTURA DE PATRIMÓNIOS**

Começamos pela confusão de esferas jurídicas ou mistura de patrimónios, duas designações diferentes apresentadas por distintos Autores mas que, grosseira e materialmente, nos parecem poder ser reconduzíveis ao mesmo tipo de situações.

De acordo com MENEZES CORDEIRO, “*A confusão de esferas jurídicas verifica-se quando, por inobservância de certas regras societárias ou, mesmo, por decorrências puramente objetivas, não fique clara, na prática, a separação entre o património da sociedade e o do sócio ou sócios.*”<sup>62</sup>. Neste “grupo de casos” analisaremos o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 29 de abril de 2008<sup>63</sup>.

Assim, em setembro de 1997, a Sociedade D contactou a Sociedade A para que esta fornecesse àquela diversos materiais de construção que seriam utilizados na edificação de um empreendimento turístico no local da sede da Sociedade D. Contudo, das dez faturas emitidas, somente quatro foram liquidadas. Por causa disso, em abril de 1998, a Sociedade A intentou ação declarativa contra a Sociedade D, pedindo a sua condenação no pagamento da dívida. Uma vez que a Sociedade D não contestou, a Sociedade A moveu execução, que, não obstante, veio a revelar-se inútil, pois não foram detetados quaisquer bens na propriedade da Sociedade D. Por isso, a Sociedade A, propôs nova ação declarativa, desta vez contra o Réu, pessoa singular B, na sua qualidade de sócio da devedora. Este e C, também pessoa singular, eram os dois sócios da Sociedade D, sendo B o seu gerente.

Foi provado que o terreno onde foi construído o mencionado empreendimento pertencia, à data, ao sócio B, não à Sociedade D. Aliás, a Sociedade D nunca explorou sequer o empreendimento por si construído. Entretanto, já após o fornecimento dos materiais, B

---

<sup>62</sup> CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 429.

<sup>63</sup> Acórdão proferido no âmbito do processo n.º 10802/07 em 29 de abril de 2008, pelo Relator Tomé Gomes, disponível em <http://www.dgsi.pt/JTRL.NSF/33182fc732316039802565fa00497eec/d6b7b4bdd82df8f880257c36007dcd6f6?OpenDocument>.

transmitiu a propriedade a outra sociedade, a Sociedade E – sociedade que tinha uma denominação parecidíssima com a da Sociedade D. Aquando das diligências de penhora, o gerente da Sociedade D, pessoa singular F, apresentou-se naquele local e declarou ser o legal representante da proprietária do local e de todos os bens aí existentes, obstando assim à penhora.

Já em 1998, B e C constituíram nova sociedade, a Sociedade G, e em 1999, B e C cederam as suas quotas à Sociedade E e a F, que passaram a ser os sócios da Sociedade G. Contudo, quem negociou as condições de concessão de empréstimo junto do Banco foi B, que ainda constituiu hipoteca sobre um prédio seu para garantir dívidas desta sociedade.

Apesar de o factualismo exposto revelar ligações entre B, C e F a primeira instância absolveu B do pedido, entendendo não ter aplicação o “instituto” “– *de alcance excepcional* –” da desconsideração da personalidade jurídica, porque não teria ficado demonstrada a existência de confusão entre a esfera patrimonial de B e da Sociedade D e, assim, não se provado que B tivesse agido sob a capa da personalidade jurídica para realizar negócios pessoais de forma abusiva.

Por sua vez, entendeu por bem o tribunal *ad quem* que B havia inculcado na Sociedade A a ideia de que o terreno seria propriedade da Sociedade D. Assim, o Réu ter-se-ia aproveitado do seu direito de propriedade sobre o terreno para deslocar os valores patrimoniais ali incorporados para a esfera jurídica da Sociedade E. Reconhece, assim, a existência de confusão sobre um elemento patrimonial de relevo para a garantia dos credores da Sociedade D, resultante da atuação abusiva de B. Daqui, arremata que “*No que respeita agora ao abuso de direito, o que se mostra relevante é a actuação do sócio como sujeito oculto, agindo perante terceiros sob o velo do instituto da pessoa colectiva, [a Sociedade D] [...], no prosseguimento de interesses pessoais, de forma a escudar-se no princípio da sua responsabilidade limitada quanto às dívidas sociais.*”.

No entendimento do tribunal, aquela atuação revelou-se um abuso da personalidade jurídica, defendendo uma teoria objetiva, ou abuso de direito institucional. Pauta a douta decisão que o abuso “*tanto ocorrerá nos casos em que o agente actue com intenção específica de ludibriar e prejudicar o credor social – violação do princípio da boa fé subjectiva – como ainda nos casos em que o comportamento do agente oculto, independentemente da sua intencionalidade, exceda manifestamente os limites impostos pela boa fé, como regra de*

*conduta, pelos bons costumes, em particular pela ética dos negócios, ou pelo fim social e económico do direito ou do instituo habilitante, nos termos do art.º 334.º do CC.”.* O essencial no caso *sub iudice* não foi, por conseguinte, a intenção subjetiva de B, mas o seu comportamento objetivo, de deslocar do património da Sociedade D os valores do empreendimento suportado por esta para a Sociedade E que, ainda que não detida por B, resultava de uma promiscuidade de relações estabelecidas entre este, C e F.

Preenchidos todos os pressupostos de facto para considerar que B abusou da personalidade coletiva da Sociedade D para realizar, ocultamente, um interesse pessoal e tendo sido frustrada a expectativa da garantia patrimonial resultante da (suposta) atividade e do (suposto) património da Sociedade D, foi efetivamente desconsiderada a personalidade jurídica e condenado B, na qualidade de sócio.

Apesar do exposto, em análise efetuada a este Acórdão, MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO<sup>64</sup> defende que “*é de repudiar o recurso à chamada «desconsideração da personalidade jurídica» sempre que não esteja concretamente demonstrado que a situação em análise não encontra solução no ordenamento legal vigente.*”. Contudo, a Autora não parece avançar uma solução legal materialmente adequada a resolver uma situação como a aqui descrita. Cita BAPTISTA MACHADO, de acordo com o qual “[s]empre que seja possível resolver um problema dentro de quadros jurídicos mais precisos e rigorosos, é metodologicamente incorrecto recorrer a quadros de pensamento de contornos mais fluídos.”<sup>65</sup>.

Poder-se-ia, ainda, argumentar que a ação devia ter sido intentada contra B, ao abrigo do artigo 78.º do CSC, por inobservância culposa das disposições legais ou contratuais destinadas à proteção dos credores. Contudo, além da dificuldade de provar uma violação dos deveres do gerente, e ainda que B fosse o gerente da Sociedade D, “*Na verdade, em nenhum dos actos em análise no acórdão existe actuação do sócio e gerente enquanto gerente. O acto que vem pôr em causa a capacidade de a sociedade satisfazer os seus credores é a venda do terreno com as construções implantadas à segunda sociedade, mas a autoria dessa*

---

<sup>64</sup> RIBEIRO, Maria de Fátima – Da pertinência do recurso à “desconsideração da personalidade jurídica” para tutela dos credores sociais. Cadernos de Direito Privado. N.º 27 (168) julho/setembro. Lisboa. Cejur. 2014, páginas 47 e 48.

<sup>65</sup> MACHADO, João Baptista – Introdução ao Direito e ao Discurso legitimador, 9.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 1996, p.1 *apud* RIBEIRO, Maria de Fátima – *idem*.

*transmissão não pode ser imputada a este sócio e gerente enquanto gerente, porque não é nessa qualidade que ele efectua a venda.”*<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> RIBEIRO, Maria de Fátima – Da pertinência do recurso à “desconsideração da personalidade jurídica” para tutela dos credores sociais. Cadernos de Direito Privado. N.º 27 (168) julho/setembro. Lisboa. Cejur. 2014, páginas 50.

## 2. SUBCAPITALIZAÇÃO

Dentro do “grupo de casos” que nos propusemos analisar, discorreremos, de seguida, pelos casos de subcapitalização<sup>67</sup>.

Segundo PEDRO CORDEIRO, verifica-se uma situação de subcapitalização quando exista uma “*desproporção entre o âmbito ou volume de negócios da sociedade e o capital próprio para a realização dos mesmos, de modo a que o capital seja demasiado pequeno, gerando perigo de liquidez.*”<sup>68</sup>. Ou, com MENEZES CORDEIRO, pode afirmar-se que existe “*uma subcapitalização relevante, para efeitos de levantamento da personalidade, sempre que uma sociedade tenha sido constituída com um capital insuficiente. A insuficiência é aferida em função do seu próprio objeto ou da sua atuação surgindo, assim, como tecnicamente abusiva.*”<sup>69</sup>. Por sua vez, ALEXANDRE MOTA PINTO, esclarece que a subcapitalização verifica-se numa sociedade quando o “*capital próprio (incluindo o capital social e as reservas) é insuficiente face às suas reais necessidades de capital próprio, tais como resultam do tipo, volume, e riscos da actividade social.*”<sup>70</sup>.

Dentro das situações de subcapitalização, o recurso à desconsideração deve ser afastado quando a subcapitalização seja apenas nominal; ela só faz sentido quando aquela seja material. No primeiro caso, ainda que os sócios tenham dotado a sociedade com um capital formalmente insuficiente para a prossecução do objeto social, supriram essa insuficiência através de capitais alheios; no segundo caso, existe verdadeira insuficiência de meios, que não é suprida<sup>71</sup>. Assim ALEXANDRE MOTA PINTO: “*se os sócios suprirem as necessidades de capital próprio da sociedade através de capital alheio, estaremos, porém, perante uma hipótese de subcapitalização formal ou nominal, isto é, relativa apenas à cifra do capital social. Se os sócios não suprirem, através de meios alheios, as necessidades de capital*

---

<sup>67</sup> Acerca da subcapitalização, MENEZES CORDEIRO (Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 34) refere que “*Apesar dos progressos feitos por institutos de Direito estrito, pensamos que ainda há margem para manter a subcapitalização como um tipo de casos próprio do levantamento. Ela pode auxiliar no apuramento do escopo das normas em presença; designadamente: estaria em causa a possibilidade de se apontar a função do capital social como uma regra de tutela dos credores. Surgem ideias promissoras, como a de VONNE MANN, quando apela a um princípio de justa repartição de riscos, entre os sócios e os credores sociais. A própria jurisprudência, a propósito de questões de subcapitalização, faz um apelo direto aos bons costumes e a boa-fé, em termos vagos que podemos aproximar de um apelo ao sistema.*”.

<sup>68</sup> CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica nas Sociedades Comerciais, página 67.

<sup>69</sup> CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 431.

<sup>70</sup> PINTO, Alexandre Mota – Do Contrato de Suprimento. O financiamento entre capital próprio e capital alheio, página 107.

<sup>71</sup> Vide, por todos, CORDEIRO, António Menezes – *op. cit., loc. cit.*

*próprio da sociedade, então estaremos já perante uma hipótese de subcapitalização material, uma vez que há uma efectiva insuficiência de fundos próprios ou alheios.”<sup>72</sup>.*

Além de material ou nominal, a subcapitalização pode ser originária ou superveniente. Será originária quando a desproporção entre o capital social e a atividade que constitui o objeto social seja evidente logo quando esta nasce, e superveniente quando a falta de capitais próprios se manifeste em momento posterior, resultando de perdas graves, de expansão da atividade social ou da situação que pode ser reconduzida à “descapitalização”. Por isso, subdividimos este “grupo de casos” na análise da subcapitalização originária ou inicial e superveniente ou descapitalização.

Para ALEXANDRE MOTA PINTO, “*nos casos de subcapitalização originária serão responsabilizados todos os sócios fundadores, uma vez que a subcapitalização lhes é imputável; enquanto nos casos de subcapitalização superveniente só serão responsabilizados os sócios com poder de influência sobre a sociedade.*”<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> PINTO, Alexandre Mota – *op. cit.*, *loc. cit.*.

<sup>73</sup> PINTO, Alexandre Mota – *op. cit.*, página 126.

### A. Subcapitalização Inicial

A subcapitalização revela-se o preço a pagar pelas vantagens que resultam da liberdade de iniciativa económica e de financiamento das sociedades<sup>74</sup>.

Tradicionalmente, a doutrina atribuiu ao capital social a função de garantia, tanto que o CSC consagrou um conjunto de medidas relativas à sua constituição e conservação<sup>75</sup>. Refere ILÍDIO DUARTE RODRIGUES ser “*manifesto que todas as disposições que se propõem prover à realização e à conservação do capital social – não obstante serem distintos os conceitos de património social e de capital social e de ser aquele e não este que constitui a autêntica garantia de terceiros, maxime de credores sociais – se destinam directamente à protecção dos credores sociais.*”<sup>76</sup>.

Neste tradicional sentido, o capital social seria, nas palavras de PAULO DE TARSO DOMINGUES<sup>77</sup>, o “*travão e a trincheira*” no que toca à proteção dos credores sociais. Este é um “*instrumento que assegura a constituição e manutenção de um "fundo de garantia"(Garantiefonds), de um fundo patrimonial que garanta os credores societários.*”<sup>78</sup>.

Esta função revela-se de sobremaneira importante quando os interesses dos credores sejam colocados em questão pela subcapitalização inicial das sociedades – resultante, dentre outros, da consagração legal do capital social livre pelo artigo 201.º do CSC, na sequência da alteração legislativa operada pelo Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de março<sup>79</sup>. Após aquela

---

<sup>74</sup> PINTO, Alexandre Mota – Do Contrato de Suprimento. O Financiamento da Sociedade entre Capital Próprio e Capital Alheio, página 97.

<sup>75</sup> É o caso de todo o regime previsto nos artigos 31.º e seguintes do CSC.

<sup>76</sup> RODRIGUES, Ilídio Duarte – A Administração das Sociedades por Quotas e Anónimas - Organização e Estatuto dos Administradores, páginas 222 e 223.

<sup>77</sup> DOMINGUES, Paulo de Tarso – Variações sobre o Capital Social. p. 66.

<sup>78</sup> DOMINGUES, Paulo de Tarso – *op. cit.*, p.31.

<sup>79</sup> Aquele diploma, nos termos da alínea a) do seu artigo 1.º, vem determinar (entre outros, mas para o que aqui nos ocupa) que “[...] o capital social possa ser livremente fixado pelos sócios”. De acordo com o preâmbulo daquele Decreto-Lei, as medidas ali adotadas visam “*fomentar o empreendedorismo, reduzir custos de contexto e de encargos administrativos para empresas e assegurar uma maior transparência das contas da empresa*”. O legislador almeja com a eliminação da obrigatoriedade de um capital mínimo o desenvolvimento do “*empreendedorismo*”. Parte da ideia de que o objeto de muitas sociedades a constituir é, na verdade, simples, cuja prossecução não implica um elevado investimento de capital, fornecendo o exemplo de uma atividade exercida com recurso a tecnologias informáticas, à distância. Por detrás da eliminação de um capital social mínimo residiu a ideia de que a obrigação de disponibilizar um elevado montante a título de capital que recaía sobre as pessoas que desejassem constituir uma sociedade impedia aqueles jovens e com menores recursos de se lançarem no mercado e de explorarem o seu projeto empresarial. Visou, portanto, esta alteração legislativa incentivar a iniciativa e a inovação. Num segundo objetivo orientador, aquela lei visou favorecer a transparência das contas, tomando consciência de que o capital social não é equivalente de património social. Enquanto aquele capital não é mais do que uma cifra que consta do contrato social, este constitui o verdadeiro substrato material de bens da sociedade. Por isso, ao contrário daquilo que, na senda de PAULO DE TARSO DOMINGUES

alteração, além de o valor mínimo para a constituição de uma sociedade por quotas ser de €1,00 (um euro) – quantos euros quantos sócios – ~~irexiste~~ existe uma obrigatoriedade de adequação do capital social ao objeto da sociedade<sup>80</sup>. Assim, se até 2011 a subcapitalização inicial podia resultar de um capital social mínimo manifestamente insuficiente (de €5.000,00 (cinco mil euros)), após aquela data resultará da liberdade do capital social.

Como alerta PAULO DE TARSO DOMINGUES<sup>81</sup>, “*se determinado valor – de € 5.000, por exemplo – pode ser idóneo a constituir o tal mínimo de garantia para terceiros no caso de uma mercearia, será, com certeza, para esse efeito desadequado, se se tratar de uma siderurgia, hipermercado ou duma fábrica de automóveis*”. Naturalmente, esta expressão reporta-se a um momento anterior ao da alteração legislativa. Que dizer-se hoje do valor de €1,00 (um euro), relativamente àquela desadequação? O Autor explica que a exigência legal de um capital social mínimo, qualquer que seja, revela-se sempre ora escasso, ora exagerado.

Revela-se forçoso concluir, por conseguinte, que é o próprio legislador quem admite o nascimento de sociedades subcapitalizadas. Nesse sentido, também ALEXANDRE MOTA PINTO: “*Se tivermos em conta os limites mínimos de capital estabelecidos para as sociedades por quotas (€5 000 – artigo 201.º) [...] verificamos que é a própria lei que permite o surgimento de sociedades subcapitalizada. Ninguém duvidará, na verdade, que €5*

---

(Variações sobre o Capital Social, página 66) afirmámos, a lei não reconheceu ao capital social uma função de garantia para os credores, porquanto “*na maioria das situações, o capital é afecto ao pagamento dos custos de arranque da empresa*”. Garantia constitui, isso sim, o volume de negócios da sociedade e o seu património – daí a importância da obrigação de publicitação da situação patrimonial da sociedade. De acordo com MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO (O capital social das sociedades por quotas e o problema da subcapitalização material. In «Capital Social Livre e Acções sem Valor Nominal»), “*Esta evolução terá resultado de uma conjugação de factores: a influência do exemplo norte-americano e de alguns países da Europa e a tentativa de manutenção da competitividade do tipo societário sociedade por quotas no espaço europeu (neste último caso, estimulada pelo impacto das decisões Centros e Inspire Art do tribunal de Justiça e pela proposta de Estatuto da Sociedade Privada Europeia, nos termos da qual o capital social mínimo poderá ser limitado a um euro).*”

<sup>80</sup> Por força daquela alteração legislativa, MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO (O capital social das sociedades por quotas e o problema da subcapitalização material. In «Capital Social Livre e Acções sem Valor Nominal»), entende que o legislador deixou de atribuir ao capital social a função de garantia dos credores sociais, assim “*autorizando a externalização total do risco de exploração da empresa societária: com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de Março, «[o] montante do capital social é livremente fixado no contrato de sociedade, correspondendo à soma das quotas subscritas pelos sócios»*”; uma vez que o valor mínimo indirectamente fixado em um euro para as sociedades unipessoais e em dois ou mais euros para as pluripessoais (correspondendo o número de euros ao número de sócios)”.  
<sup>81</sup> DOMINGUES, Paulo de Tarso – Variações sobre o Capital Social, página 163.



*000 é um capital insuficiente para muitas empresas que assumam a forma jurídica de sociedades por quotas [...].”<sup>82</sup>.*

O problema resulta do facto de o capital social mínimo exigido pela lei não pressupor uma adequação ao objeto societário – *“aquele montante não é adequado nem suficiente para a prossecução da grande maioria das atividades empresariais (quando o exercício do seu objeto social implica um esforço financeiro muito superior a €5.000)”*, como ensina PAULO DE TARSO DOMINGUES<sup>83</sup>. Assim ALEXANDRE MOTA PINTO: *“[...] O legislador limita-se a impor um capital mínimo, abstracto e geral, e, na falta de um critério económico, seguro e generalizável, não estabeleceu qualquer regra jurídica de adequação do capital ao objecto da sociedade.”<sup>84</sup>.*

Desta alteração legislativa parece emergir, portanto, uma previsão que potenciará casos de desconsideração. Se para a constituição de uma sociedade por quotas a lei se basta com €1,00 (um euro) a título de capital, o sócio deverá ser pessoalmente responsabilizado quando não dotar a sociedade com uma cifra, no mínimo, bastante para o exercício da atividade. Dizemos “bastante” quando deveríamos, talvez, dizer “adequado”, porque parece ser responsabilidade do sócio munir a sociedade com um capital proporcional à atividade que se propõe exercer. Este é o entendimento de RAÚL VENTURA, que afirma: *“admito que a responsabilidade dos sócios exceda os limites das suas contribuições para o capital, quando eles próprios tenham procedido por forma a mostrar que essas contribuições são insuficientes.”<sup>85</sup>.*

Para se chegar àquele entendimento é necessário perceber que a dotação da sociedade com o capital legalmente exigido não impede que abuso do benefício da responsabilidade limitada. Porque a responsabilidade do sócio é limitada por aquele valor, o do capital social será, nessa medida, o teto máximo de responsabilidade que este assume<sup>86</sup>, sendo o risco além daquele valor transferido para os credores. Citando OLIVEIRA ASCENSÃO, *“se [a atividade societária] correr mal, os prejuízos serão para os credores, pois os sócios não responderão*

---

<sup>82</sup> PINTO, Alexandre Mota – Do Contrato de Suprimento. O financiamento entre capital próprio e capital alheio, página 102.

<sup>83</sup> DOMINGUES, Paulo de Tarso – O Regime das Entradas no Código da Sociedades Comerciais, p. 679, nota de rodapé 25.

<sup>84</sup> PINTO, Alexandre Mota – *op. cit.*, página 97.

<sup>85</sup> VENTURA, Raúl – Apontamentos para a Reforma das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada e Anteprojeto de Reformas da Lei das Sociedades por Quotas, página 105.

<sup>86</sup> O que significa que independentemente da atividade que o sócio se proponha exercer através da sociedade que constitui, a sua responsabilidade nunca poderia ultrapassar o valor de €5.000,00 (cinco mil euros) até 2011, e de €1,00 (um euro) após aquela data.

*por mais do que a sua entrada. Separam-se assim o risco e o lucro, quando o lucro só se justifica pelo risco. A desconsideração da personalidade jurídica permite ocorrer a anomalias de comportamento desta natureza.”*<sup>87</sup>.

Parece, assim, que a única solução para afastar soluções desconsiderantes seria a eliminação do capital social mínimo<sup>88</sup>, pois não é possível prever um valor mínimo fixo a ser exigido aquando da constituição de uma sociedade. Imputar-se-ia ao sócio, dessa forma, o dever de estabelecer o montante e meios de financiamento adequados à prossecução do objeto da sociedade. Com essa eliminação, se o sócio não dotasse a sociedade com aqueles meios, violaria um dever legalmente previsto: o de dotar a sociedade com o capital adequado. Inexistindo essa obrigação, salvo melhor opinião, cremos que a solução passará pela desconsideração da personalidade jurídica.

Em suma, aquela alteração do artigo 201.º do CSC veio dar apoio à doutrina da desconsideração da personalidade jurídica, sendo a responsabilização pessoal do sócio único o preço a pagar pela liberdade do capital, cuja determinação fica, agora, a seu cargo. Esta obstará à abusiva transferência do risco empresarial para a esfera dos credores – sobretudo credores fracos e/ou involuntários<sup>89</sup>. Já em 1969, RAÚL VENTURA apontava a desconsideração como a “*solução possível, ou até mesmo a única*” para a resolução dos casos de subcapitalização.

Convém, no entanto, realçar que nem todos os Autores reconhecem a bondade do recurso à desconsideração, como MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO – se a lei só exige aos sócios que dotem a sociedade com o capital ali fixado, não pode haver lugar a responsabilização pessoal do sócio por...cumprimento da lei! – “*Entre nós, na ausência de previsão legal que obrigue os sócios a dotarem a sociedade de meios próprios e adequados à prossecução do objeto social, não se afigura conveniente (e muito menos realista) atribuir ao julgador a*

---

<sup>87</sup> ASCENSÃO, Oliveira – Sociedades Comerciais. Parte Geral. Volume IV., página 79.

<sup>88</sup> DOMINGUES, Paulo de Tarso – Variações sobre o Capital Social. Coleção Teses, páginas 158 e seguintes.

<sup>89</sup> Vide RIBEIRO, Maria de Fátima – A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica”, página 169 e seguintes. É mister entender a diferença entre os denominados *credores fortes* e os *credores fracos*. Os primeiros, v.g., instituições de crédito, detêm no mercado uma maior força, força essa que lhes confere a vantagem de exigir garantias adicionais aos créditos concedidos. Os segundos, por sua vez, como os pequenos fornecedores, não possuem a referida força, nem poder de negociação. Significa que a transferência do risco em relação a estes credores será claramente mais elevada, o que torna indispensável uma especial tutela de credores fracos nas sociedades de responsabilidade limitada e fundamenta uma intervenção legislativa no sentido da sua proteção. Um dos meios de assegurar essa tutela passa pela consagração da figura do capital social mínimo, que consubstancia uma proteção mínima para estes credores sociais.

*possibilidade de (em cada caso concreto) determinar a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais.”*<sup>90</sup>.

A Autora<sup>91</sup>, sustentando aquela opinião que em tudo merece a nossa melhor atenção, explica que apesar da constituição de sociedades com um capital insuficiente, os sócios contribuem para a sociedade de outra forma, nomeadamente através da assunção de responsabilidade direta perante terceiros (artigo 198.º do CSC) – motivo pelo qual a capitalização da sociedade não pode ser medida, apenas, pela cifra do capital social. A própria previsão do artigo 198.º é um sinal, na opinião da Autora, de *“esperança de amplo financiamento externo”*. Neste sentido também RAÚL VENTURA, porquanto *“Como o legislador nunca impôs aos sócios a obrigação de dotarem a sociedade comercial de um capital social mínimo materialmente adequado a cada projecto empresarial específico, sempre foi, como é hoje, relativamente frequente o fenómeno da subcapitalização da sociedade de responsabilidade limitada, embora essa subcapitalização seja, essencialmente, “uma confissão de esperança de crédito.”*<sup>92</sup>.

A Autora sustenta, ainda, que a tutela dos credores deve ser assegurada através da responsabilização dos administradores e gerentes:

A. Por incumprimento do dever dos gerentes de apresentação pontual da sociedade à insolvência e não por qualquer incumprimento imputável aos sócios, porque sobre estes não recai qualquer dever de adequação do capital. Parece, porém, estranho admitir a apresentação à insolvência de uma sociedade recentemente constituída e

---

<sup>90</sup> RIBEIRO, Maria de Fátima – A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a "Desconsideração da Personalidade Jurídica", página 235. Para a Autora, *“(…) a “desconsideração da personalidade jurídica” da sociedade subcapitalizada não se apresenta como a via adequada para a tutela dos seus credores, por duas ordens de razões.. Desde logo, a ausência de imposição legal de dotação de um capital social mínimo adequado ao objecto da sociedade implica a inexistência de lacuna carecida de preenchimento ao nível da responsabilidade (nem sequer pode afirmar-se a existência de uma lacuna ao nível da exigência de um capital social mínimo necessário para a constituição de sociedade adequado ao objecto social, pois não pode reconhecer-se a existência de lacuna quando o legislador estatui expressamente em sentido contrário: um euro é capital social manifestamente inadequado para a exploração de qualquer actividade). Depois, a falta de rigor dogmático, a insegurança e o casuísmo no recurso a este mecanismo são fragilidades que comprometem a eficiência de uma solução deste teor, sobretudo quando se põe em causa um dos pilares do instituto sociedade por quotas, que é o da limitação da responsabilidade dos sócios).”*

<sup>91</sup> RIBEIRO, Maria de Fátima – O capital social das sociedades por quotas e o problema da subcapitalização material. In «Capital Social Livre e Acções sem Valor Nominal».

<sup>92</sup> VENTURA, Raúl – Sociedades por Quotas, Vol. II. Comentário ao Código das Sociedades Comerciais (reimpressão), Almedina, Coimbra, 1996, página 76 *apud* RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA – O capital social das sociedades por quotas e o problema da subcapitalização material. In «Capital Social Livre e Acções sem Valor Nominal».

que já se encontra, desde aquele momento, impossibilitada de cumprir as suas obrigações vencidas. Já é sabido que ela não poderá, de todo, cumprir qualquer obrigação, mesmo antes de negociar seja com que for. Isto é, com certeza qualquer sociedade pode ver-se, a qualquer momento, incapaz de satisfazer as suas obrigações, o que ocorrerá no âmbito do próprio risco que é assumido na prossecução de uma atividade comercial e que a lei reconhece ao prever o benefício da limitação da responsabilidade. Nesse caso, as regras do CIRE ocupar-se-ão de acautelar, na medida do possível, os credores da sociedade e de responsabilizar, em caso disso, os que poderão ter dado origem culposa àquela situação. Mas falamos de situações diferentes. Parece chocante admitir a possibilidade de constituição de sociedades já subcapitalizadas e esperar imputar a responsabilidade aos gerentes. Mesmo que os gerentes de facto sejam os próprios sócios. Porque em causa não parece estar a violação de um dever dos gerentes, não neste momento inicial, pelo menos. Em questão parece estar o abuso do uso de uma figura criada para fomentar o investimento e o crescimento económico para o aproveitamento pessoal, correndo o risco de perder €1,00 (um euro) em detrimento de terceiros.

- B. Por incumprimento do dever dos gerentes de procurarem obter os meios de financiamento adequados e, sendo impossível, dever de informarem os sócios. Não quer parecer plausível a transferência da obrigação de capitalização da sociedade para os gerentes. A sociedade é constituída por e para os sócios, os beneficiários dos lucros resultantes da atividade. Por que motivo deve ser transferido para os gerentes o dever de obter financiamento para a atividade social quando a sociedade é constituída com capital insuficiente. Deve admitir-se a demissão de responsabilidade às pessoas que abusam da personalização, transportando-a para os gerentes?

Em suma, a questão seria resolvida por recurso aos artigos 72.º e 78.º do CSC, que responsabilizam os gerentes tanto para com a sociedade como para com os credores sociais. Por um lado, o artigo 72.º prevê uma responsabilidade interna, i.e., uma responsabilidade do gerente para com a sociedade. Parece descabido, no caso de subcapitalização inicial, responsabilizar os gerentes, quando não se verificam “*danos a esta causados por actos ou omissões praticados com preterição dos deveres legais ou contratuais*”. O mesmo se diga em

relação à inexistência de qualquer “*inobservância culposa das disposições legais ou contratuais destinadas à protecção destes*”. Ainda que se consiga responsabilizar os sócios por esta via, quando estes sejam simultaneamente gerentes da sociedade, fazendo o seu património pessoal responder por dívidas para com terceiros, o que se visa não é a responsabilização de uma conduta dos gerentes. O comportamento gerador de subcapitalização inicial, por não dotar a sociedade com capital adequado *ab initio*, só pode ser imputado aos sócios.

Além disso, mesmo recorrendo à sub-rogação, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º, é necessário provar a responsabilidade dos gerentes, o que é impossível quando a insuficiente capitalização da sociedade não decorre da inobservância de um dever daqueles, mas dos sócios. Seria, aliás, impossível estabelecer qualquer nexo de causalidade entre uma conduta do gerente e o dano sofrido pelos credores. A não ser, porventura, o incumprimento do dever de apresentação tempestiva da sociedade à insolvência, o que parece infundado quando a sociedade já foi constituída afundada na impossibilidade de cumprir obrigações. E, mais uma vez, se não parece justo transferir o risco para os credores, também não parece legítimo transferir aqui a responsabilidade para os gerentes.

Por isso, com ALEXANDRE MOTA PINTO, concordamos: “*Propormos, porém, para os casos mais graves de subcapitalização, limitar os eventuais efeitos lesivos dos credores. Não através da aplicação, ex ante, de sanções jurídicas preventivas que, pela sua insegurança, poderiam ser mais nocivas do que a própria doença que se destinam a combater. Mas antes, através da aplicação, ex post, de mecanismos jurídicos que, preservando a liberdade empresarial, corrijam os resultados mais injustos da subcapitalização: a possibilidade de os sócios serem responsabilizados, pessoalmente, pelas dívidas sociais, em casos de manifesta subcapitalização material.*”<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> PINTO, Alexandre Mota – Do Contrato de Suprimento. O financiamento entre capital próprio e capital alheio, página 106.

### B. Subcapitalização Superveniente (ou Descapitalização da Sociedade)

Na subcapitalização superveniente, a sociedade, ainda que inicialmente dotada dos meios adequados à prossecução do seu objeto social, vem posteriormente a revelar-se desfalcada no seu património.

O recurso à desconsideração da personalidade jurídica busca no património pessoal dos sócios a satisfação das obrigações da sociedade, quando o desfalque provenha de uma conduta abusiva imputável àqueles. Naturalmente, não recai sobre os sócios o dever de recapitalizar a sociedade quando esta se encontre em crise por via de uma utilização “normal” da figura societária, isto é, um uso para os fins legítimos para os quais foi constituída. Porém, isso não quer dizer que aos sócios estes assista qualquer direito de potenciar a decadência da sociedade, piorando a situação em que aquela já se encontra<sup>94</sup>.

A ordem jurídica concede às pessoas que desejem exercer uma atividade económica a possibilidade de constituírem sociedades e assim limitarem a sua responsabilidade; mas a esse direito há-de corresponder o dever de não infligir danos a terceiros através de uma conduta abusiva. Ora, verificando-se o abuso de direito e um correspondente prejuízo para os credores adveniente daquele comportamento, deverá admitir-se a desconsideração judicial da personalidade jurídica.

As condutas abusivas ocorrem, v.g., quando os sócios “*deslocam a produção (ou boa parte dela) para sociedade nova (com objeto idêntico ou similar) por eles constituída (intentando um “começar de novo” com mais saber e sem grilhetas, a velha sociedade “já não dá nada”) ou para sociedade já existente e de que eles são sócios.*”<sup>95</sup>. Operando uma transferência nestes termos, a sociedade inicialmente constituída cessa a sua atividade e torna-se, portanto, incapaz de cumprir as suas obrigações.

De acordo com MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, a descapitalização pode ser reconduzida àqueles “*casos em que bens, trabalhadores e oportunidades de negócio de uma determinada sociedade são “transferidos” para a esfera de um dos seus sócios ou para uma outra*

---

<sup>94</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Curso de Direito Comercial, páginas 180 e 181.

<sup>95</sup> Idem.

*sociedade entretanto constituída por estes, em prejuízo da primeira – sobretudo, em prejuízo do seu património e, reflexamente, dos seus credores.”*<sup>96</sup>.

Na Alemanha, o *Bundesgerichtshof* tem apelidado os casos deste género de *Existenzvernichtung*<sup>97</sup>. Neste âmbito, a doutrina dá relevo aos Acórdãos “Bremer Vulkan”, de 17 de setembro de 2001 e “Trihotel”, de 16 de julho de 2007. Inicialmente, a responsabilidade nestes termos tinha natureza externa, perante os credores sociais. Contudo, a partir da segunda decisão passou a entender-se que, nestes casos, a responsabilidade seria interna, i.e., dos sócios para com a própria sociedade<sup>98</sup>. Logo, aquele comportamento dos sócios que pudesse ser qualificado como atentatório da existência ou subsistência da sociedade e que colocasse em causa a satisfação dos credores sociais geraria responsabilidade interna<sup>99</sup>.

A este propósito, consideramos de destaque na jurisprudência nacional o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 29 de novembro de 2007<sup>100</sup>.

Naquele caso, a Sociedade B, instaurou ação declarativa contra os Réus, pessoas singulares C e D, sócios da Sociedade E, na sua qualidade gerentes. Alegou que, enquanto gerentes, os Réus compraram à Autora equipamento eletrónico, que não pagaram. Após as partes terem chegado a um acordo relativamente ao pagamento da dívida, os Réus entregaram à Autora cheques pré-datados, comprometendo-se a vender imóveis, de que alegavam ser proprietários, e móveis da sociedade, de modo a liquidar a sua dívida para com a Autora. Não obstante, os cheques apresentados foram, afinal, devolvidos por falta de provisão.

---

<sup>96</sup> RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA – Desconsideração da personalidade jurídica e “descapitalização” da sociedade. In «Direito e Justiça, Direito Comercial e das Sociedades, Estudos em memória do Prof. Doutor Paulo M. Sendim», Especial 2012, Lisboa, FDUCP, 2012, página 309.

<sup>97</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Curso de Direito Comercial, páginas 180 e 181.

<sup>98</sup> *Ibidem*, página 182.

<sup>99</sup> RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA – *op. cit.*, *loc. cit.*.

<sup>100</sup> Acórdão proferido no âmbito do processo n.º 0735578, em 29 de novembro de 2007, pelo Relator JOSÉ FERRAZ, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/cc5d1233d203546a802573d2005daf8a?OpenDocument> e em RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA – *idem*. No seu resumo, pode ler-se: “I – A responsabilidade adveniente para os gerentes, administradores ou directores de sociedade comercial, nos termos conjugados dos arts. 78º, nº1, do CSC e 483º, nº1, do CC, tem natureza delitual, extra-contratual, decorrendo da prática pelos mesmos de facto ilícito (por acção ou omissão), reportado normalmente à violação de deveres legais gerais, à violação de normas de protecção – as destinadas a proteger essencialmente os credores – que venha a causar-lhes danos. II – Não existindo vínculo contratual entre os administradores e os credores sociais, não são estes titulares de direito algum a exigir daqueles a prática de determinada conduta. III – Se o acto do administrador não conduz à insuficiência do património da sociedade, carece de fundamento a acção de responsabilização daquele ao abrigo do citado art. 78º, nº1.”.



Alegou a Autora que os Réus sabiam que os cheques não teriam provisão e que seriam devolvidos, tendo convencido a Autora a não cancelar os fornecimentos. Além disso, aqueles mantiveram a sociedade ativa, agravando a possibilidade de esta cumprir os seus compromissos comerciais.

Comprovou-se, ainda, que os Réus começaram a desviar mercadoria da Sociedade E para uma sociedade constituída no decurso desse ano, a Sociedade F, da qual os Réus eram gerentes de facto, com designação muito parecida com a da Sociedade E. Por sua vez, esta Sociedade F vendeu parte da mercadoria que havia sido fornecida pela Autora à Sociedade E a terceiros.

A conduta dos Réus, enquanto gerentes da Sociedade E, causou à Autora prejuízos no valor da dívida daquela para consigo. Em consequência, a Autora requereu judicialmente a responsabilização dos Réus, ao abrigo dos artigos 483.º, n.º 1 do Código Civil e 78.º, n.º 1, do CSC<sup>101</sup>. Com efeito, a conduta do gerente afeta, em primeira linha, o património social mas também coloca em causa os interesses do credor. Assim, a responsabilidade do gerente “*só surge se o dano atingir o património social e o devedor o tornar insuficiente para a satisfação dos créditos dos credores da sociedade. Há-de ser um dano patrimonial para a sociedade*”<sup>102</sup>. Apesar da factualidade demonstrada, o Tribunal da Relação do Porto julgou a apelação improcedente e confirmou a sentença recorrida.

As notas essenciais, no que a este Acórdão se refere, são as seguintes:

- i. Os sócios da Sociedade E, pessoas singulares C e D, transferiram, intencionalmente, o património desta sociedade para outra, tendo operado uma descapitalização consciente e intencional; efetivamente, aquelas mercadorias fornecidas, ainda que não pagas, pertenciam à Sociedade E e a sua venda revertia a favor do ativo desta. Além de com essa conduta coartarem a capacidade de

---

<sup>101</sup> Este artigo 78.º do CSC prevê uma responsabilidade de natureza extracontratual, por violação de normas de proteção destinadas a proteger credores: MENEZES CORDEIRO (“Da Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades”, página 494). Ver Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, de 23 de outubro de 2001, processo n.º 01B2875, acessível através do endereço <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/312de2d3e733431280257328004b295c?OpenDocument>, de 23 de novembro de 2004, processo n.º 04A3819, acessível através do endereço <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/18a897f5b04a375d80256f82003318b?OpenDocument> e 17 de novembro de 2005, processo n.º 0421545, acessível através do endereço <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/437c036684f21f1f80256e8500477875?OpenDocument>.

<sup>102</sup> VENTURA, Raúl / CORREIA, Luís Brito –A Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades Anónimas e Gerentes de Sociedades por Quotas. In Boletim do Ministério da Justiça, 195, 66/67, Ministério da Justiça, 1970, páginas 192 a 195.



cumprimento das obrigações, enquanto gerentes C e D violaram o dever de apresentar a Sociedade E à insolvência, em detrimento dos interesses dos credores; decorre da factualidade exposta o preenchimento dos pressupostos do artigo 3.º do CIRE e a violação do artigo 18.º, norma de proteção dos credores sociais. De acordo com COUTINHO DE ABREU/MARIA ELISABETE RAMOS, “*A inobservância de normas de protecção leva à responsabilização dos administradores para com os credores sociais desde que tal inobservância cause (nexo causalidade) uma diminuição do património social (dano directo da sociedade) que o torna insuficiente para a satisfação dos respectivos créditos (dano indirecto dos credores sociais).*”<sup>103</sup>.

- ii. Assim, utilizaram a Sociedade E não para a obtenção de lucro com a sua exploração (artigo 980.º do Código Civil), mas para obtenção de um enriquecimento injustificado, locupletando-se com o produto da venda das mercadorias efetuada pela Sociedade F e prejudicando os credores que fornecerem os bens à Sociedade E;
- iii. Em juízo, a Autora intentou a ação contra C e D na sua qualidade de gerentes, requerendo a sua condenação por violação do disposto no artigo 78.º do CSC e, nesses termos, a sua responsabilização pessoal, não invocando a responsabilidade por desconsideração da personalidade jurídica, por comportamentos adotados na sua qualidade de sócios.

De acordo com certa doutrina, o recurso à desconsideração da personalidade jurídica deve ter um carácter subsidiário. Sendo exequível proteger os credores através de institutos jurídicos legalmente consagrados, deve afastar-se a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de /RAMOS, Maria Elisabete – Código das Sociedades Comerciais em Comentário, página 895.

<sup>104</sup> A este propósito, o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 29 de abril de 2008, processo n.º 10802/07, acessível através do endereço <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/d6b7b4bdd82df8f880257c36007dcd6?OpenDocument>.

Perfilhando este entendimento, defende MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO que o recurso à desconsideração no grupo de casos de descapitalização não representa a via adequada para a tutela dos credores sociais, por dois motivos<sup>105</sup>:

- A. Em primeiro lugar, afirma, a situação pode ser reconduzida às regras respeitantes ao direito da concorrência, nomeadamente por concorrência desleal, ao abrigo do artigo 317.º do Código da Propriedade Industrial<sup>106</sup>. O apelo a este regime possibilita a responsabilização da Sociedade F pelos danos resultantes, para a Sociedade E, da sua conduta, nos termos do artigo 338.º-L daquele diploma.
- B. Em segundo lugar, a tutela dos credores sociais pode ser assegurada pelas regras da responsabilização de gerentes e administradores, que serão responsáveis nos termos do artigo 78.º do CSC, por violação dos seus deveres legais.

São argumentos refutáveis. Vejamos:

A responsabilização operada pelo artigo 338.º-L do Código da Propriedade Industrial: i) responsabilizaria a Sociedade F por comportamentos de concorrência desleal em relação à Sociedade E, devendo, portanto, preencher uma das situações previstas no artigo 317.º; ii) responsabiliza o património do responsável pelo comportamento desleal, que neste caso seria a Sociedade F, nunca os sócios C e D. Por conseguinte, ainda que a Sociedade A conseguisse, por este meio, obter uma indemnização que cobrisse o seu prejuízo, teria de basear-se numa conduta de concorrência desleal que afetou, somente, a Sociedade E.

Naturalmente, a conduta da Sociedade F colocou em questão a viabilidade económica da Sociedade E – por exemplo, desviando clientela – o que por sua vez afetou indiretamente a

---

<sup>105</sup> RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA – Desconsideração da personalidade jurídica e “descapitalização” da sociedade. In «Direito e Justiça, Direito Comercial e das Sociedades, Estudos em memória do Prof. Doutor Paulo M. Sendim», Especial 2012, Lisboa, FDUCP, 2012.

<sup>106</sup> Define aquele preceito “concorrência desleal”. Por sua vez, determina o artigo 338.º-L que “*Quem, com dolo ou mera culpa, viole ilicitamente o direito de propriedade industrial de outrem, fica obrigado a indemnizar a parte lesada pelos danos resultantes da violação.*”

Sociedade A. Mas o verdadeiro facto ilícito de abuso de direito, danoso e relativamente ao qual é possível estabelecer um nexo de causalidade é aquele comportamento imputável aos sócios C e D, nesta sua qualidade. E a indemnização a que a Sociedade A tem direito, nestes termos, deriva deste facto ilícito e deve provir do património pessoal dos sócios.

Quicá, cumulativamente, também poderia ser peticionada indemnização ao abrigo das normas do direito da concorrência. Mas não parece que este meio seja substitutivo, de todo, da responsabilidade que deve ser imputada aos sócios, pelo seu comportamento abusivo. Quando muito é paralelo. Caso contrário, apesar do seu comportamento abusivo e repreensível sempre sairiam completamente ilesos, sendo o risco totalmente externalizando em prejuízo de terceiros. Nestes termos, a desconsideração da personalidade não pode ter um carácter subsidiário em relação ao mecanismo do artigo 338.º-L do Código da Propriedade Industrial.

Depois, sendo certo que a Sociedade A exigiu indemnização de C e D, na sua qualidade de gerentes, por violação dos deveres legais que sobre si impendem e que violaram com a sua conduta, a convocação do artigo 78.º do CSC implica, desde logo, o problema da prova. Seria necessário demonstrar que a conduta dos gerentes contrariou os deveres que sobre si impendiam, com o comportamento que adotaram. Acontece, contudo, que quem descapitalizou a sociedade não foram os gerentes, mas os sócios. Mesmo que as individualidades se sobreponham, como no caso.

Para RICARDO COSTA, se tivesse ficado demonstrado que *“os gerentes da sociedade E a descapitalizaram em favor da sociedade F e em prejuízo da integridade patrimonial da E, usando como fachada a sociedade F para levar a cabo tal conduta fraudulenta dos interesses dos credores da E”*, e que tivesse havido por essa causa uma *“lesão ilícita dos réus ao património da sociedade e, indirectamente, ao património dos credores [...], por dissiparem ou diminuírem, sem a normal contrapartida para a sociedade gerida, o património social”*, estaríamos *“perante um “uso indevido da personalidade colectiva” da Sociedade E pelos sócios-gerentes réus*. O Autor acrescenta que a imputação de responsabilidade pessoal aos sócios enquanto tais poderia ter sido viabilizada pela solicitada declaração do abuso do direito na *“actuação dos sócios-gerentes da E.”*<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> COSTA, Ricardo – Responsabilidade dos gerentes de sociedade por quotas perante credores e desconsideração da personalidade jurídica - Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 29 de novembro de

Conclui ALEXANDRE MOTA PINTO que “*Temos, pois, por solução mais correcta a que consiste na possibilidade de, em casos de subcapitalização manifesta, facultar aos credores sociais a quebra do princípio da separação para satisfazer os seus créditos à custa do património dos sócios que sejam culpados por essa situação financeira.*”<sup>108</sup>.

Esta parece, conforme tudo quanto fica exposto, a solução mais justa para o encontro daquele equilíbrio de interesses que aqui procuramos, aparentando ser nestes casos a desconsideração da personalidade jurídica e responsabilização pessoal dos sócios o mecanismo adequado ao alcance da harmonia de balança que pesa, por um lado, os interesses dos credores sociais em ver os seus créditos pagos e os interesses relativos à proteção da confiança e segurança jurídicas – que garantem o investimento e fomentam o crescimento económico. Naturalmente, a opção pela desconsideração da personalidade jurídica terá sempre de ser, perante cada um dos casos concretos que suscitem questões relacionadas com este “grupo de casos”, devidamente avaliada. Deverá ser procurada uma solução legalmente prevista que dê a resposta necessária. Não poderá tratar-se de uma resposta alternativa, que – por acaso – logre obter o mesmo resultado, que é o da proteção dos credores mediante a sua indemnização. A aplicação casuística da desconsideração da personalidade jurídica terá de ser a resposta adequada e necessária à resolução dos problemas levantados pelo incumprimento das obrigações e pelos prejuízos causados a terceiros, assim se justificando o seu recurso.

---

2007, processo n.º 0735578 anotado, Cadernos de Direito Privado. N.º 32 (168) outubro/dezembro. Lisboa. Cejur. 2010, páginas 55 e seguintes.

<sup>108</sup> PINTO, Alexandre Mota – Do Contrato de Suprimento. O financiamento entre capital próprio e capital alheio, página 127.

### 3. ATENTADO A TERCEIROS

De acordo com MENEZES CORDEIRO, o atentado a terceiros configura mais um dos “grupos de casos”. Este verifica-se quando a personalidade jurídica de uma sociedade seja ilícita ou abusivamente usada de modo a prejudicar terceiros. Para existir um atentado a terceiros, não basta que exista um dano na esfera daquele causado pela sociedade. É indispensável que a conduta geradora daquele prejuízo seja imputável a um sócio e que se revele intencionalmente contrária a normas ou a princípios gerais. De acordo com aquele Autor, neste “grupo de casos” pode ser incluída a utilização “*testas-de-ferro*”, caso em que cumpre encontrar a verdadeira pessoa causadora dos prejuízos<sup>109</sup>.

Neste âmbito, parece-nos incluível o denominado por COUTINHO DE ABREU “*abuso de direito*”<sup>110</sup>. Conforme ensinamento deste Autor, os sócios deverão ser pessoalmente responsabilizados quando utilizem a sociedade “*não (ou não tanto) para satisfazer interesses de que ele é instrumento, mas para desrespeitar interesses dos credores da sociedade*”. Quer dizer, em todos os casos que até agora analisámos defendemos que o facto gerador de responsabilidade civil é o abuso de direito, tendo afirmado, inclusivamente, que nos parece que este deve prescindir de uma intencionalidade.

Desde que um sócio adote determinada conduta que se revele contrária ao fim para o qual lhe foi concedido o benefício da responsabilidade limitada visando obter um proveito próprio e criando prejuízo para terceiros, deveria responder pessoalmente pelo prejuízo, independentemente de uma intenção de prejudicar os terceiros. Se ali já nos inclinávamos, salvo melhor opinião, para a admissibilidade casuística de soluções desconsiderantes, muito mais o diríamos neste caso, em que existe uma verdadeira intenção de criar um prejuízo por detrás da fachada da personalidade jurídica.

Para este terceiro “grupo de casos”, convocamos o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16 de maio de 2013<sup>111</sup>, porque neste caso foi diretamente abordada a questão do atentado a terceiros. Aqui a decisão não passou pela responsabilização do sócio nem pela aplicação da desconsideração desde logo porque, mais uma vez, a ação foi intentada contra o sócio-gerente na sua qualidade de gerente da sociedade, não de sócio. Analisemos.

---

<sup>109</sup> CORDEIRO, António Menezes – Direito das Sociedades, I, Parte Geral, página 431 e seguintes.

<sup>110</sup> ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Curso de Direito Comercial, página 178.

<sup>111</sup> Acórdão proferido no âmbito do processo n.º 2160/11.6TBOER.L1-2, em 16 de maio de 2013, pelo Relator EZAGÜY MARTINS, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/a7c5e88cc545574880257b82004e275e?OpenDocumente>.

A Sociedade A celebrou com a Sociedade B um contrato de consórcio para a execução de uma obra, uma vez que esta não possuía uma estrutura capaz de, só por si, o fazer. Na execução do contrato, a Sociedade A ficou com um crédito sobre a Sociedade B, que, na data do vencimento, não foi pago. Por isso, a Sociedade A intentou ação de condenação e, por sentença, a Sociedade B foi condenada a pagar a quantia devida, acrescida de juros de mora. Perante a falta de pagamento, a Sociedade A intentou ação executiva.

Iniciadas as diligências de penhora, só foram encontradas duas cadeiras e duas secretárias, pois os equipamentos que a Sociedade B utilizava na sua atividade não puderam ser localizados. Dentre aqueles contavam-se andaimes aptos para construção civil, um trator, uma retroescavadora, diversas carrinhas de carga e automóveis ligeiros.

Constatou-se, ainda, que no decurso da sua atividade, a Sociedade B deixara, por decisão do seu gerente – e sócio – C, de emitir faturas (por não ter capacidade de entregar o correspondente IVA ao Estado) e que nunca prestara as devidas contas da Sociedade B nem a informação empresarial simplificada. Comprovou-se que, apesar disso, C não apresentou a Sociedade B à insolvência. Além disso, esta, pela mão de C, vendeu bens do ativo, o que não ficou refletido na contabilidade. Mesmo após a venda, o crédito da Sociedade A não foi liquidado.

Apesar de sócio e gerente da Sociedade B, C exercia a atividade de construtor civil em nome próprio, paralelamente à sociedade. Para tal, utilizava o pessoal e o equipamento da Sociedade B, sem qualquer custo para si. De resto, era ainda sócio e gerente de outra sociedade, a Sociedade D, com sede no mesmo local da Sociedade B e sua residência.

Perante o exposto, a Sociedade A intentou nova ação, desta vez contra C, na sua qualidade de gerente e ao abrigo do artigo 78.º do CSC<sup>112</sup>, por violação do dever decorrente do artigo 18.º do CIRE.

---

<sup>112</sup> De acordo com ILÍDIO DUARTE RODRIGUES (A Administração das Sociedades por Quotas e Anónimas - Organização e Estatuto dos Administradores, página 221), “o dano do credor social que fundamenta a sua acção de responsabilidade contra os administradores, nos termos do art.º 78º, n.º 1, é um dano indirecto na medida em que não atinge imediatamente o seu património, o seu crédito, em si, mas apenas a respectiva garantia (o património social).” Nesse sentido também TÂNIA MEIRELES DA CUNHA (Da responsabilidade dos gestores de sociedades perante os credores sociais: a culpa na responsabilidade civil tributária”, página 68.): “o dano sofrido pelos credores é um dano indirecto, ou seja, os credores não sofrem directamente um prejuízo; sofrem-no de forma indirecta, na medida em que a garantia dos seus créditos foi afectada total ou parcialmente. Trata-se do dano indirecto decorrente do facto de o património da sociedade ser insuficiente para a satisfação da dívida ao credor.”. Por isso, a responsabilidade prevista consubstancia o tipo de responsabilidade interna,

Curiosamente, apesar da factualidade discorrida, daquele Acórdão pode ler-se não ser possível concluir que a violação por C daquelas normas haja sido causa de uma diminuição do património social que o tenha tornado insuficiente para a satisfação dos respetivos créditos<sup>113</sup>.

Depois, a decisão cita COUTINHO DE ABREU E MARIA ELISABETE RAMOS<sup>114</sup>: “*Para serem ressarcidos, os credores sociais recorrem frequente e indiscriminadamente à responsabilidade dos sócios-gerentes pela via do art. 78º, 1, do CSC e pela via da desconsideração da personalidade jurídica das sociedades.*”. Refere o Acórdão que são caminhos diferentes e alternativos:

- a) O artigo 78.º, n.º 1, responsabiliza os gerentes, quer de direito, quer de facto. Os gerentes são responsáveis perante os credores sociais desde que verificados os pressupostos ali expostos. Estando em causa comportamentos dos gerentes (mesmo que simultaneamente sócios) há que encontrar a responsabilização através deste preceito.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica destina-se à exclusiva responsabilização dos sócios. Estando em causa certos comportamentos dos sócios (ainda que também gerentes), nessa sua qualidade, poder-se-á optar pela desconsideração da personalidade coletiva.

Determina a decisão que no caso *sub iudice* não poderia haver lugar à responsabilização por desconsideração da personalidade jurídica, porque a Autora estruturou a ação em torno da responsabilidade ao abrigo do artigo 78.º do CSC. Mas acrescenta: “*para lá disso, outra ordem de considerações nos levaria à exclusão da responsabilidade de C, nos quadros desse outro instituto jurídico*”.

---

perante a sociedade, apontada muitas vezes pela doutrina como a solução legalmente prevista que contorna a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica.

<sup>113</sup> Para COUTINHO DE ABREU/MARIA ELISABETE RAMOS (Código das Sociedades Comerciais em Comentário, páginas 895 e 896), “*Tem de haver, portanto, dano para a sociedade. E decorrente da violação de normas de protecção dos credores sociais. Um dano causado à sociedade pela violação de outras normas é susceptível de conduzir à responsabilidade para com a sociedade, não para com os credores sociais*”.

<sup>114</sup> *Ibidem*. pág. 899.



Referindo o atentado a terceiros/abuso de direito, o Acórdão invoca doutrina: “*Menezes Cordeiro, mais abrangente quanto às hipóteses de levantamento da personalidade colectiva contempla, no atentado a terceiros e abuso de personalidade, as hipóteses “em que a personalidade colectiva seja usada, de modo ilícito ou abusivo, para os prejudicar”. Esclarecendo que “não basta uma ocorrência de prejuízo, causada a terceiros através da pessoa colectiva: para haver levantamento será antes necessário que se assista a uma utilização contrária a normas ou princípios gerais, incluindo a ética dos negócios”*”.

Conclui, de seguida, que com base nos factos aduzidos não é possível concluir ter existido por parte de C atuação destinada a prejudicar terceiros. Determina que o facto de C exercer atividade de construtor civil em paralelo à sociedade e de utilizar pessoal e equipamento da Sociedade B para realizar obras em nome pessoal, sem qualquer custo para si, será relevante em sede de responsabilidade interna, por violação do artigo 254.º, n.º 1, do CSC. Mas que aquele circunstancialismo não implica uma utilização ilícita ou abusiva da personalidade coletiva de modo a prejudicar terceiros. Defende, assim, que não existe fundamento para a responsabilização pessoal de C por desconsideração da personalidade jurídica.

No que a este caso se refere, são de salientar as seguintes ideias-chave:

1. Ficou provado que os bens da Sociedade B se encontravam em parte incerta, não tendo sido possível localizar os mesmos na ação executiva intentada pela Sociedade A contra a Sociedade B.
2. C tinha conhecimento da situação precária da Sociedade B, motivo pelo qual deixou de emitir faturas, obviando à necessidade de liquidar IVA.
3. C alienou os bens da Sociedade B, nunca tendo o produto daquela venda ingressado no património desta nem sido usado para liquidar as dívidas.
4. O sócio exerceu atividades em paralelo, quer em nome pessoal, quer em nome de outra sociedade que constituiu. Para esse efeito, nunca foi pago qualquer valor à Sociedade B, seja a título de aluguer da maquinaria, seja a título de prestação de serviços do seu pessoal. Caso tais compensações tivessem sido operadas, não se poderia argumentar ter existido abuso.

5. Finalmente, apesar de tudo quanto fica exposto, o Acórdão entendeu não se verificar uma situação enquadrável no instituto da desconsideração da personalidade jurídica. Aqui, teremos de concordar por uma dupla ordem de razões: primeiro, a ação foi intentada contra o gerente da Sociedade B. Este, por coincidência, era também sócio daquela sociedade. E se a ação foi intentada contra o gerente, a condenação não poderia recair sobre o seu sócio; segundo, não parece, efetivamente, que no caso concreto a factualidade seja subsumível ao “grupo de casos” de atentado a terceiros.

Forçoso parece, não obstante, concluir que o recurso à desconsideração da personalidade jurídica seria, neste caso, em tudo justificável. Desde logo, não resta dúvida de que o comportamento adotado pelo sócio C se revela ilícito, abusivo, prejudicial para os seus credores. Efetivamente, este constituiu a Sociedade B, tendo adquirido maquinaria destinada à construção civil, contratado operários e contraído dívidas em nome da mesma. De seguida, utilizou os recursos daquela sociedade de responsabilidade limitada para outras atividades, que exerceu em nome pessoal, gratuitamente, revertendo o lucro a sua favor. Tanto quanto sabido, nunca foi pago qualquer valor a título de aluguer dos bens do ativo. Os operários da Sociedade B foram utilizados nessas obras levadas a cabo em nome pessoal, sendo certo que os seus salários seriam pagos pela Sociedade B, sua entidade patronal. Não parece, assim, estar-se perante um caso de descapitalização da sociedade e, bem assim, de mistura de patrimónios?

Com efeito, o Acórdão entendeu que nunca poderia ter lugar a responsabilização pessoal de C ao abrigo da desconsideração da personalidade jurídica invocando o “grupo de casos” de atentado a terceiros, uma vez que a intencionalidade deste não seria a criação direta de um prejuízo para terceiros. E, até aí, devemos concordar. Não parece que a intencionalidade de C fosse a de se mascarar por detrás da Sociedade B para assim infligir um prejuízo à Sociedade A. A intenção de C foi, certamente, a de obter vantagens patrimoniais a nível pessoal, independentemente dos danos que isso acarretaria para os credores da sociedade. O prejuízo sofrido por estes não seria mais do que o preço inevitável que teriam de suportar para que C pudesse atingir os seus objetivos.

Não se revelou o comportamento de C ilícito, abusivo, causador de prejuízos para terceiros? E a falta de intencionalidade não é, já, colmatada pelas teorias objetivas nascidas na doutrina Alemã com SERICK?

Parece, por conseguinte, que esta situação seria mais uma daquelas em que se justificaria a invocação do levantamento da personalidade jurídica da Sociedade B de modo a responsabilizar pessoalmente C.

## Conclusão

Após a análise que nos propusemos fazer, cumpre concluir as ideias gerais e daí retirar ilações.

Começámos por afirmar que, fruto da crise económica que nos últimos anos afetou Portugal – e o mundo –, a realidade tem demonstrado uma desproteção dos credores relativamente à satisfação dos seus créditos<sup>115</sup>. Constatámos, por isso, a necessidade de a ordem jurídica prestar guarida aos interesses destes credores, particularmente nas relações comerciais encetadas com sociedades de responsabilidade limitada – mormente sociedades por quotas. A banalização deste tipo societário e a mais recente admissibilidade legal de constituição de sociedades originariamente unipessoais fomentou a criação de sociedades-suicidas, altamente prejudiciais para os terceiros que consigo negociam e que de si se tornam credores, o que subverte a finalidade visada pelo Direito.

Vimos que a personalidade coletiva é uma criação do direito que institucionaliza autónomos centros de imputação de direitos e obrigações, com separação das esferas patrimoniais em relação às pessoas que a constituíram e que possibilita a realização de interesses sociais. Deste modo, a personalização é um instituto que permite, entre outros, a limitação da responsabilidade daqueles que se propõe exercer uma atividade comercial em sociedade, consubstanciando um propulsor do desenvolvimento económico. Em boa verdade, os interessados investem parte do seu património pessoal para a constituição de uma sociedade comercial, que introduzem no mundo dos negócios e através da qual criam riqueza.

---

<sup>115</sup> Relativamente aos dados oficiais acerca dos números da crise económica, no primeiro trimestre de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) – valor do resultado final total de todos os bens (produtos e serviços) produzidos internamente – revelou um decréscimo de 1,3%. No mesmo período, o valor da dívida pública (dívida do Estado a terceiros, em relação ao produto interno bruto) registou, por sua vez, um aumento de 129%. Já o défice público (diferença entre as despesas das Administrações Públicas e as suas receitas, em relação ao total do produto interno bruto) apresentou um acréscimo de 6 pontos percentuais. Os dados revelam que dentre os empréstimos concedidos por instituições financeiras, no primeiro trimestre de 2014, 30,4% do total dos empréstimos concedidos não foram pagos dentro do prazo estabelecido, em relação ao total de empresas com empréstimos da mesma natureza. Naquele mesmo trimestre, as “pequenas e médias empresas” (empresas com menos de 250 trabalhadores, e com volume de negócios inferior ou igual a 50 milhões de euros ou com balanço total anual inferior ou igual a 43 milhões de euros) registaram um incumprimento de 31,1%, enquanto as “grandes empresas” (empresas com 250 trabalhadores ou mais e com volume de negócios superior a 50 milhões de euros ou com balanço total anual superior a 43 milhões de euros) registaram um incumprimento de 16,7% – Fundação Francisco Manuel dos Santos – Conhecer a Crise: a crise tem muitas caras. Conheça os números [sítio de internet], disponível através do endereço eletrónico <http://www.conhecercrise.com/>.

Mas os negócios nem sempre correm bem. É bem sabido que, por várias razões, o ente societário pode não atingir o seu objetivo principal, que é a obtenção de lucro, acumulando dívidas e vendo-se impossibilitado de cumprir as suas obrigações. Pode dever-se a situações de má gestão, falta de experiência no sector, crise económica de mercado, falta de competitividade, elevada tributação dos negócios, carência de qualificações, dificuldade de acesso ao crédito bancário, etc.. Nestas situações, aqueles que investiram no projeto societário acabam por perder o capital que ali investiram e, normalmente, os credores daquelas sociedades acabam igualmente prejudicados. Este é o risco comumente aceite para o exercício de determinada atividade. O sócio sabe que, em caso de infortúnio, perderá o que investiu. E o credor sabe que, nesse caso, sempre será protegido (dentro do possível) pelas regras previstas para a insolvência das sociedades. Nestas situações, o investidor pode confiar que a sua perda se limitará àquele montante que investiu, porque a lei assim o protege. Por isso, muitas vezes aqueles credores mais fortes exigem outro tipo de garantias de modo a assegurar a satisfação dos seus créditos. Pelo contrário, aqueles credores sem poder de negociação sujeitam o pagamento dos seus créditos ao risco próprio do mercado.

Todavia, a realidade demonstra que nem sempre as situações são assim tão lineares. *“Todas as instituições de criação humana estão sujeitas a abusos. A esta realidade, também o instituto sociedade comercial não se furta.”*<sup>116</sup> – começámos logo por afirmar. Pois bem: o levantamento da personalidade constitui um evidente corretivo para esse tipo de abuso.

Efetivamente, como já demonstrámos, verificam-se situações em que a personalização e a autonomia patrimonial perfeita são utilizadas para fins abusivos. Os sócios propõem-se constituir uma sociedade comercial, máxime por quotas, adotando comportamentos desconformes com a finalidade para a qual a lei concedeu o benefício da limitação da responsabilidade. É o que se verifica quando aquele investimento inicial do sócio, que acima referimos, é manifestamente insuficiente, dando origem à situação que apelidamos de subcapitalização inicial. Propondo-se explorar determinada atividade, os sócios dotam a sociedade com um capital social insuficiente e totalmente desproporcional, nem por isso suprimindo essa insuficiência. E brotam assim sociedades impossibilitadas de cumprir as suas obrigações. É, ainda, o caso que se verifica quando os sócios decidem deslocar o património da sociedade para outras sociedades, descapitalizando por inteiro a primeira e emagrecendo o

---

<sup>116</sup> CORDEIRO, Pedro – A Desconsideração da Personalidade Jurídica nas Sociedades Comerciais, página 23.

seu património a tal ponto de esta deixar de estar apta a cumprir as suas obrigações. Revela-se, igualmente, o evento em que os sócios comprem todo o tipo de bens em nome e com o património da sociedade, utilizando-os em nome e para benefício pessoal. É a qualificada mistura de patrimónios. Aqui, verifica-se confusão de esferas jurídicas, não sendo discernível a separação entre o património da sociedade e o dos sócios que atuaram por detrás do véu da pessoa coletiva. Inestimáveis situações poderão ser reconduzidas a este tipo de casos, o que só os factos levados às mãos da justiça podem revelar.

Para fazer face aos reportados abusos, nasceu o “instituto” da desconsideração da personalidade jurídica, que só surgiu após a constatação da existência daquele tipo de exageros, agrupando a realidade analisada em “grupos de casos” e procurando encontrar justificações concretas para a resolução dos problemas reais. Esta parte da ideia de que a personalidade jurídica da sociedade não pode ser absolutizada.

Mas o seu emprego em proteção dos credores, não pode colocar em questão a segurança jurídica que decorre da personalização. Somente em face de graves imposições será possível proceder ao levantamento. Por isso, a sua aplicação casuística tem de obedecer a vários pressupostos que devem ser concretamente verificados e servir de resposta do Direito àquelas situações em que o direito positivado no quadro de outros institutos gerais ou específicos não encontra solução satisfatória.

Por isso, a questão que analisamos foi a de saber se se justificaria a elevação da desconsideração da personalidade jurídica à categoria de um instituto autónomo. Essa necessidade é afastada por um sector da doutrina, que afirma ser possível encontrar soluções adequadas à proteção dos credores sociais através da aplicação de normas já previstas no nosso ordenamento jurídico. Estes autores defendem, no fundo, a teoria da mera aplicação de normas, que recusa a necessidade de autonomização da desconsideração como um novo instituto. A criação do instituto será ilegítima se for possível encontrar, dentro do sistema, soluções mais justas e se os problemas que ela pretende resolver não puderem sê-lo pela mera aplicação de normas já existentes.

De tudo quando fica exposto, parece-nos que a reunião dos pressupostos da responsabilização pessoal dos sócios justifica a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica e a sua autonomização enquanto instituto. Assim, deverão ser pessoalmente responsabilizados o(s) sócio(s) de uma sociedade por quotas por determinadas dívidas contraídas por aquele(s) em

nome desta, desde que a sua conduta possa ser qualificada como objetivamente abusiva, causadora de um prejuízo a credores e desde que se verifique uma situação materialmente injusta com a qual a ordem jurídica não possa condescender.

Naturalmente, só a realidade poderá revelar, perante casos reais, se se justifica, ou não, a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, exercício que cabe aos tribunais.



## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – A responsabilidade civil dos administradores de sociedades. **In** «Cadernos do IDET Nº 5». Coimbra: Almedina, 2007.

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – **Curso de Direito Comercial: Volume II - Das Sociedades**. Coimbra: Almedina, 2011.

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – **Do Abuso de Direito. Ensaio de um Critério em Direito Civil e nas Deliberações Sociais**. Coimbra: Almedina, reimpressão, 1999.

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de – Subcapitalização de Sociedade e Desconsideração da Personalidade Jurídica. **In** «Capital Social Livre e Acções sem Valor Nominal», Coimbra: Almedina, 2011.

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de (coordenação) – **Código das Sociedades Comerciais em Comentário**, Volumes I, II, III e IV. Coimbra: Almedina, 2010 (vol. I), 2011 (vols. II e III) e 2012, (vol. IV).

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de /RAMOS, Maria Elisabete – **Código das Sociedades Comerciais em Comentário**, Volume I. Coimbra: Almedina, 2010.

ASCENSÃO, José Oliveira – **Direito Comercial: Vol. IV, Sociedades Comerciais**. Lisboa: Coimbra Editora, 2000.

CARVALHO, Orlando de – Negócio Jurídico Indirecto. **In** «Escritos, Páginas de Direito, I». Coimbra: Almedina, 1998.

CARVALHO, Orlando de — **Teoria Geral do Direito Civil**. Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

CORDEIRO, António Menezes – **Da Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades**. Lisboa: Lex. Lisboa, 1997.

CORDEIRO, António Menezes – **Direito Das Sociedades I - Parte Geral**. 3.<sup>a</sup> edição - Ampliada e atualizada. Porto: Almedina, 2011.

CORDEIRO, António Menezes – **O Levantamento da Personalidade Colectiva No Direito Civil e Comercial**. Coimbra: Almedina, 2000.

CORDEIRO, António Menezes – **Tratado de Direito Civil Português: I, Parte Geral, Tomo III**. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2007.

CORDEIRO, Pedro – **A Desconsideração da Personalidade Jurídica das Sociedades Comerciais**. 2ª edição. Universidade Lusíada Editora, 2005.

CORREIA, António Arruda de Ferrer – Sociedades Unipessoais de Responsabilidade Limitada. In «Estudos de Direito Civil, Comercial e Criminal». Coimbra: Almedina.

COSTA, Ricardo – **A sociedade por quotas unipessoal no direito português**. Coimbra: Almedina, 2002

COSTA, Ricardo – Desconsiderar ou não desconsiderar: eis a questão. Boletim da Ordem dos Advogados. N.º 30. Ordem dos Advogados, 2004.

COSTA, Ricardo – Responsabilidade dos gerentes de sociedade por quotas perante credores e desconsideração da personalidade jurídica - Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 29 de novembro de 2007, processo n.º 0735578 anotado. Cadernos de Direito Privado. N.º 32 (168) outubro/dezembro. Lisboa. Cejur. 2010.

CUNHA, Tânia Meireles da – **Da Responsabilidade dos Gestores de Sociedades perante os Credores Sociais: a Culpa nas Responsabilidades Civil e Tributária**. Coimbra: Almedina, 2004.

DOMINGUES, Paulo de Tarso – **Do Capital Social: Noção, Princípios e Funções**. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

DOMINGUES, Paulo de Tarso – O novo regime do capital social nas sociedades por quotas. In «Direito das Sociedades em Revista». Volume 5. Almedina, 2011.

DOMINGUES, Paulo de Tarso – O Regime das Entradas no Código da Sociedades Comerciais. Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Ano 3, 2006, páginas 673 a 723.

DOMINGUES, Paulo de Tarso – **Variações sobre o Capital Social**. Almedina, 2009.

DUARTE, Diogo Pereira — **Aspectos do Levantamento da Personalidade Colectiva nas Sociedades em Relação de Domínio / Contributo para a determinação do Regime da Empresa Plurissocietaria**. 1ª edição. Coimbra: Almedina, 2007

Fundação Francisco Manuel dos Santos – Conhecer a Crise: a crise tem muitas caras. Conheça os números [sítio de internet], disponível através do endereço eletrónico <http://www.conhecera crise.com/>.

HÖRSTER, HEINRICH EWALD – **A Parte Geral do Código Civil Português. Teoria Geral do Direito Civil**. Coimbra: Almedina, 2003.

MARTINS, Alexandre Soveral – Da Personalidade e Capacidade Jurídicas das Sociedades Comerciais. **In** «Estudos de Direito das Sociedades». 8ª edição. Coimbra: Almedina, 2007.

PERALTA, Ana Maria – Sociedades Unipessoais. **In** «Novas Perspectivas do Direito Comercial». Coimbra: Almedina, 1998.

PINTO, Alexandre Mota – **Do Contrato de Suprimento. O Financiamento da Sociedade entre Capital Próprio e Capital Alheio**. Coimbra: Almedina, 2002.

PINTO, Carlos Alberto da Mota – **Teoria Geral do Direito Civil**. Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

RIBEIRO, Maria de Fátima – **A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a "Desconsideração da Personalidade Jurídica"**. Coimbra: Almedina, 2009.

RIBEIRO, Maria de Fátima – Da pertinência do recurso à “desconsideração da personalidade jurídica” para tutela dos credores sociais. Cadernos de Direito Privado. N.º 27 (168) julho/Setembro. Lisboa. Cejur. 2014

RIBEIRO, Maria de Fátima – Desconsideração da personalidade jurídica e “descapitalização” da sociedade. **In** «Direito e Justiça, Direito Comercial e das Sociedades, Estudos em memória do Prof. Doutor Paulo M. Sendim», Especial 2012, Lisboa, FDUCP, 2012, página 309.

RIBEIRO, Maria de Fátima – O capital social das sociedades por quotas e o problema da subcapitalização material. **In** «Capital Social Livre e Acções sem Valor Nominal», Coimbra: Almedina, 2011.

RODRIGUES, Ilídio Duarte – **A Administração das Sociedades por Quotas e Anónimas - Organização e Estatuto dos Administradores**, Livraria Petrony, Lisboa, 1990.

VASONCELOS, Pedro Pais – **A Participação Social Nas Sociedades Comerciais**. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2006.

VENTURA, Raúl – **Sociedades por Quotas: Comentário ao Código das Sociedades Comerciais** Volume I. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 1996.

VENTURA, Raúl / CORREIA, Luís Brito – A Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades Anónimas e Gerentes de Sociedades por Quotas. **In** Boletim do Ministério da Justiça, 195, 66/67, Ministério da Justiça, 1970.